

# AS DINÂMICAS INDIRETAS DA GUERRA FRIA NAS POSSESSÕES ULTRAMARINAS DE ANGOLA E MOÇAMBIQUE

## *THE INDIRECT COLD WAR DYNAMICS IN THE OVERSEAS TERRITORIES OF ANGOLA AND MOZAMBIQUE*

**João Manuel Pinto Correia**

Major de Engenharia

Mestre em Segurança e Defesa

Instituto Universitário Militar (IUM)

Investigador Integrado do Centro de Investigação e Desenvolvimento do IUM

1449-027 Lisboa, Portugal

correia.jmp@ium.pt

### **Resumo**

Este artigo pretende demonstrar que a persistência de Portugal em manter as suas possessões ultramarinas de Angola e Moçambique, levou à adoção uma abordagem indireta das grandes potências e, conseqüentemente, a uma intensificação da Guerra Fria na África Austral. Recorrendo a um raciocínio dedutivo e a uma estratégia de investigação qualitativa, conclui-se, em primeiro lugar, que a Guerra Fria foi uma evidência na África Austral a partir da década de 1960 e, em segundo lugar, que esta presença se materializou através de abordagem indireta e ao nível dos instrumentos: económico, militar, político e diplomático.

**Palavras-chave:** Guerra Fria, Africa Austral, Estratégia Indireta.

### **Abstract**

*This paper intends to demonstrate that Portugal's persistence in keeping its overseas possessions of Angola and Mozambique has led to the adoption of an indirect approach by the great powers and, consequently, to an intensification of the Cold War in Southern Africa. Using a deductive methodology and a qualitative research strategy, one firstly concluded*

**Como citar este artigo:** Correia, J., 2017. As dinâmicas indiretas da Guerra Fria nas possessões ultramarinas de Angola e Moçambique. *Revista de Ciências Militares*, maio de 2017 V (1), pp. 115-148.  
Disponível em: <http://www.iesm.pt/cisdi/index.php/publicacoes/revista-de-ciencias-militares/edicoes>.

*that the Cold War was an evidence in Southern Africa from the 1960s on and, second, that this presence was materialized through an indirect approach following the economic, military, political and diplomatic instruments.*

**Keywords:** *Cold War, Southern Africa, Indirect Strategy.*

## Introdução

*“Uma solução política só pode ser alcançada através do fortalecimento dos movimentos de libertação africanos, a fim de criar pressão suficiente sobre os governos intransigentes” (Soiri e Peltola, 1999, p. 22).*

Este ensaio tem por finalidade demonstrar que a persistência de Portugal em manter as suas possessões ultramarinas de Angola e Moçambique, levou à adoção uma abordagem indireta das grandes potências e, conseqüentemente, a uma intensificação da Guerra Fria na África Austral, cujo auge se deu em 1975.

A descolonização, pronunciada desde a Carta do Atlântico<sup>1</sup>, viria a ter dois efeitos principais em África, nomeadamente nas décadas de 1950 e 1960. Em primeiro lugar, como defende Benemelis (1986, p. 11), traduziu o fim do império ultramarino da França, que se viu confrontada com as crises na Tunísia, na Argélia e na Guiné Conacri; e da Inglaterra, que sucumbiu perante a rebelião “Maumau” no Quênia, que saiu derrotada da crise do Suez, e se viu confrontada com o laborioso processo de independência do Gana, por intermédio de Kwame Nkrumah. Por outro lado, estes países e os seus principais atores que, até então, estavam numa condição de “congelamento”, transitaram para uma situação de “ativos” no tocante ao apoio à libertação dos povos africanos. Surge a questão: Se impérios como a França e a Inglaterra abandonaram África, como poderia Portugal não o fazer?! Minter, em “Portuguese Africa and the West”, reflete isso mesmo, em 1973 (p. 13), ao referir que Portugal, na condição de país pequeno e subdesenvolvido, mantinha as suas possessões ultramarinas dez anos depois da onda de processos de independência que haviam “expulsado”, de África, a Inglaterra, a França e a Bélgica, seus congéneres europeus. Esta observação de Minter foi comungada por muitos outros, desde os atores individuais aos estatais e, particularmente, pelas Nações Unidas.

A Guerra Fria que caracterizava o Sistema Internacional transformava o mundo num espaço sem periferias<sup>2</sup>. R. Aron (1947) e (1948, pp. I. 13-31), refere-se à Guerra Fria como um período de “guerra improvável, dadas as capacidades semelhantes entre blocos, e

<sup>1</sup> Assinada em 1941 por Churchill e Roosevelt. Entre outros princípios, este documento, que constituiu um primeiro passo para a Carta das Nações Unidas, estabelecia o direito à autodeterminação dos povos. Este aspeto foi um indicador de algumas posições tomadas em relação ao colonialismo, nomeadamente pela ONU e pelos EUA a partir da década de 1950 (Teixeira, 1993, p. 59).

<sup>2</sup> Waltz, K, *Teoria das Relações Internacionais*, (2011, p. 236).

de paz impossível, devido às diferentes ideologias<sup>3</sup>". Esta "paz impossível" sobressai das palavras de K. Waltz (2011, p. 250), ao destacar que, embora a bipolaridade fosse à prova de guerra, enquanto confronto direto entre as duas potências, não evitava guerras de menor escala, influenciadas indiretamente, tal como sucedeu em África, concretamente na região Austral. Isto leva-nos à estratégia de abordagem indireta e ao seu papel fundamental e permanente na Guerra Fria por via da paralisia criada pelas armas nucleares à estratégia direta (Couto, 2014, p. 233). É portanto em África, particularmente na região Austral (objeto), que centramos esta análise.

É neste contexto que questionamos que evidências materializam a presença de uma estratégia de aproximação indireta pelas grandes potências em resposta à persistência portuguesa na manutenção das suas possessões ultramarinas? Defendemos que Portugal desafiou o *status quo* imposto pela Guerra Fria, que se intensificou no continente africano após a crise do Suez<sup>4</sup>, em 1956, e que venceu uma transferência de poder e de influência das potências coloniais europeias para os blocos em confronto. França e Inglaterra pereceram isso. Este novo paradigma do Sistema Político Internacional, bipolar, implicava contudo, muita prudência<sup>5</sup> na ação direta, neste caso *out of área*<sup>6</sup>, por parte dos blocos em confronto. África enquadrou-se nos padrões da Guerra Fria que, por via de uma estratégia de aproximação indireta, se externalizou para este continente.

Este artigo está estruturado em duas partes: uma concetual, onde se aborda a Guerra Fria e a Estratégia; e outra analítica, onde se apresentam elementos de pretendem validar o argumento defendido. Conclui-se que a Guerra Fria foi jogada no tabuleiro africano e que Portugal em muito contribuiu para isso.

## 1. Da Guerra Fria e da Estratégia

Nesta secção procura-se uma concetualização da Guerra Fria, um aspeto essencial para justificar o porquê da estratégia ter sido operacionalizada de forma indireta.

---

<sup>3</sup> Anna Arendt refere mesmo que, no Terceiro Mundo, o confronto sempre foi ideológico (1970, p. 21).

<sup>4</sup> Este aspeto demonstrou uma ascendência americana sobre os seus aliados, França e Inglaterra, e conferiu estatuto e prestígio aos americanos no seio do Terceiro Mundo (McDermott, 1998, pp. 135-136).

<sup>5</sup> Veja-se o impacto que teve a invasão da Baía dos Porcos e a consequente colocação de plataformas de lançamento de mísseis soviéticos em Cuba. A crise que se seguiu é considerada uma das mais graves da Guerra Fria.

<sup>6</sup> *Out of area*, enquanto processo que decorre externamente à Europa e ao Atlântico Norte.

### 1.1. Da Guerra Fria

O termo “Guerra Fria” surgiu em 1946, embora tenha ficado generalizado a partir de 1947, por várias razões. Em primeiro lugar, porque os atos discursivos assim o denunciavam<sup>7</sup>. Em segundo lugar, porque este foi o ano em que os EUA aprovaram dois documentos essenciais para lidar com a Guerra Fria, o *National Security Act*<sup>8</sup> e o *Plano Marshall*<sup>9</sup>. Em terceiro lugar, porque a produção literária científica colocou dois teorizadores em confronto, Lippmann e Baruch, que reivindicavam ter trazido o termo pela primeira vez. Lippmann (1947) surgiu com o termo ao discordar do artigo de Kennan (1947), “Mr. X”, acerca da ameaça soviética e da necessidade de conter o comunismo<sup>10</sup>. Para Lippmann, esta posição traduzia uma negação da diplomacia. Também Bernard Baruch, em abril de 1947, utilizou o termo “Guerra Fria” num discurso para descrever as relações entre os EUA e a URSS. O discurso havia sido escrito por Herbert Swope, a quem o termo surgiu por ter pensado na “phony war”, ou “guerra falsa”, utilizada por Hitler em 1939-40. Em resposta, Lippmann refere que havia ido buscar o termo a fontes francesas da década de 1930 “la guerra froide” e “la guerre blanche”.

Na verdade, antes de Lippmann e Baruch, já George Orwell (1945), em 1945, no artigo “You and the Atom Bomb”, se havia referido a uma Guerra Fria para espelhar que a existência de armas nucleares entre as grandes potências punha fim aos conflitos de larga escala prolongando indefinidamente uma “paz que não era paz”. Apesar deste debate, a URSS nunca se referiu ao termo antes de Gorbachev (Westad, 2007, p. 2).

Rodrigues (2010, pp. 1-15) refere-se a três abordagens principais quanto à sua origem. A primeira, ortodoxa ou tradicionalista, em linha com Kennan, é-nos trazida por Rostow (1960) e Schlesinger (1967), em que o primeiro defende que a Guerra Fria surge numa reação defensiva, (*containment*<sup>11</sup>), face ao expansionismo agressivo soviético. Schlesinger acredita que a Guerra Fria surgiu da adesão da URSS à ideologia comunista e ao regime totalitário, encabeçado por um líder “louco”, Estaline. A segunda abordagem, revisionista, surge por Williams (1959) e é uma inversão da ortodoxa, ou seja, atribui as causas da Guerra Fria ao

---

<sup>7</sup> Em 28 de fevereiro de 1946, num discurso, o Secretário de Estado americano James Byrnes fazia uma referência indireta à União Soviética e ao clima de desconfiança que começava a pairar, destacando que os EUA estariam preparados para prevenir atos de agressão (fonte: <http://www.history.com/topics/cold-war/dean-acheson/speeches/us-soviet-tension-builds?m=52af5724c3c2e&s=undefined&f=1&free=false>). Quatro anos mais tarde, num discurso proferido pelo Senador Joseph McCarthy em 9 de fevereiro de 1950, este dizia que “cinco anos depois de uma Guerra Mundial ter sido conquistada, os corações dos Homens deveriam esperar um longo período de paz, e que as suas mentes deveriam estar livres do peso de uma nova guerra. Mas aquele não é um desses períodos – Aquele não era um período de paz. Era um tempo de “Guerra Fria”. Fonte: [http://wps.prenhall.com/wps/media/objects/108/110880/ch26\\_a5\\_d2.pdf](http://wps.prenhall.com/wps/media/objects/108/110880/ch26_a5_d2.pdf).

<sup>8</sup> O *National Security Act* visava assessorar o presidente americano na integração de políticas nacionais, estrangeiras e militares relacionadas com a segurança nacional (USGov, pp. 5 - Sec 2) e (USGov, pp. 7 - Sec 101). Ver também <http://www.the-american-interest.com/2017/02/09/dont-retire-the-national-security-act/>.

<sup>9</sup> Ver [https://www.trumanlibrary.org/whistlestop/study\\_collections/marshall/large/index.php](https://www.trumanlibrary.org/whistlestop/study_collections/marshall/large/index.php).

<sup>10</sup> Ver <http://www.learner.org/workshops/primarysources/coldwar/docs/lippman.html>.

<sup>11</sup> Doutrina de contenção criada na administração Truman (1945-1953). O Plano Marshall e o *National Security Act*, em 1947, o pacto de Bruxelas, em 1948, e a criação da NATO e da República Federal Alemã, em 1949, foram contrarreações.

imperialismo americano<sup>12</sup>. Westad (2007, p. 2) designa esta postura americana de *containment* agressivo. A última abordagem, pós-revisionista, apresentada por Gaddis<sup>13</sup> (1972), aponta as causas para fatores internos e externos, provenientes de ambos aos blocos.

Várias poderão ser as interpretações quanto à origem. Contudo, existem momentos que, independentemente da abordagem, se traduziram em marcos no desenrolar da Guerra Fria. Um desses momentos teve lugar em 1953<sup>14</sup>, ano em que Estaline morreu (substituído por G. Malenkov) e em que D. Eisenhower assumiu a presidência dos EUA. Eisenhower nomeou J. F. Dulles como Secretário de Estado, que viria a ser preponderante na Guerra Fria pela sua associação ao início da *deterrence*<sup>15</sup> nuclear. Para os EUA, uma aposta no armamento e na superioridade nuclear poderia levar a uma redução no investimento em armamento convencional. Esta estratégia ficou conhecida por “retaliação massiva” (Freedman, 2013, p. 157). Esta postura ficou expressa em 30 de outubro de 1953, no memorando NSC 162-2<sup>16</sup> (p. 22), que estabeleceu como princípio que “em caso de hostilidade, os EUA considerariam as armas nucleares como disponíveis para emprego, da mesma forma que o armamento convencional”<sup>17</sup>. Porém, a partir do momento em que os soviéticos se dotaram de capacidade nuclear, essa posição tornou-se insustentável. A lógica da dissuasão começou assim a ser verdadeiramente compreendida e aceite entre blocos (Coutau-Bégarie, 2010, p. 368). A dissuasão na forma de *deterrence* trouxe vários desafios à Guerra Fria. Desde logo, as relações internacionais viram-se confrontadas com a corrida ao armamento, com a exploração do espaço e com os elevados riscos de “irracionalidade”, para a qual Dulles contribuiu com o célebre *brinkmanship*<sup>18</sup>, e que poderia redundar na destruição mútua.

Mas, este novo e poderoso ingrediente na equação da Guerra Fria, a *deterrence*, trazia também outros desafios, nomeadamente o da corrida às matérias-primas. Na década de 1950,

<sup>12</sup> R. Ojserkis (1998, pp. 302-306) destaca que a expansão da influência Americana pode ser observada em quatro aspetos. O primeiro é através do crescente emprego do seu instrumento militar (meios e forças) “fora de portas”. O segundo é a proliferação de Tratados que comprometem as forças americanas em caso de guerra (NATO - 1949), com uma estrutura de comando multilateral, um comando aliado para a Europa, o *Supreme Allied Commander for Europe* (SACEUR), e quatro divisões americanas, a que se juntou um crescente envolvimento de outros estados membros. Noutros pontos do globo, os EUA promoveram também uma miríade de alianças, como o *Australia, New Zealand and United States Security Pact* (ANZUS - 1951), o *Southeast Asian Treaty Organisation* (SEATO - 1954), o *Japanese-American Security arrangement* (1951), e o *Philippine-American Security Treaty* (1951), todos apoiados por um crescimento das Forças Armadas). O terceiro é a mudança nos gastos americanos em programas de ajuda. O quarto é o crescimento das operações de não-combate dos EUA em países estrangeiros.

<sup>13</sup> Gaddis (1997) deu também um importante contributo para a nova história da Guerra Fria.

<sup>14</sup> Até então, os EUA deparavam-se com um número limitado de cenários, nomeadamente devido ao número bastante limitado de armas nucleares no seu arsenal. Em consequência, até o fim da década de 1940, a Força Aérea norte-americana privilegiou o conceito de emprego e não o de dissuasão.

<sup>15</sup> A *deterrence* é a “arte de provocar na mente do inimigo o medo de um ataque”. In Peter George, Dr. *Strangelove* or: *How I Learned to Stop Worrying and Love the Bomb*. Ver <http://genius.com/St Stanley-kubrick-dr-strangelove-the-doomsday-machine-explained-annotated>.

<sup>16</sup> Disponível em <https://fas.org/irp/offdocs/nsc-hst/nsc-162-2.pdf>.

<sup>17</sup> Em janeiro de 1954, num discurso, J. F. Dulles declarou que “...no futuro, a resposta americana a uma agressão seria onde e com os meios entendidos como adequados” (Freedman, 2013, p. 157).

<sup>18</sup> Estratégia que consistia em forçar uma situação inerentemente perigosa até à iminência de um desastre, tendo em vista a obtenção de um resultado mais vantajoso. Esta atuação no fio da navalha era passível de erros de julgamento com consequências potencialmente catastróficas (Dobson, 2009, pp. 256-257).

os EUA consumiam mais de 50% das matérias primas produzidas no mundo não-comunista, o que implicava que um crescimento do comunismo se traduzia em perdas para os americanos. A construção de armas nucleares em grande escala representava a necessidade de se estabelecerem contratos com produtores de urânio estrangeiros, como o Canadá, a África do Sul e o Congo belga, que recebiam subsídios para a exploração mineira (Dobson, 2009, pp. 127-128 e 352). A importância das matérias-primas foi uma constante no contexto da Guerra Fria. No caso do crómio, motivou, já na fase da Rodésia de Ian Smith (no início da década de 1970), a criação do designado *Byrd Amendment*<sup>19</sup>, destinado a contornar/violar as sanções impostas pela Comunidade Internacional em reação à Declaração Unilateral de Independência.

A lógica expansionista e de projeção de poder da Guerra Fria moldou política, cultural e socialmente os países do terceiro mundo<sup>20</sup>. Também Rodrigues (2010, pp. 1-15) destaca a dimensão “internacional” do conflito, com impactos nos continentes europeu, asiático e africano. Conclui que uma análise à Guerra Fria deve incluir a dimensão ideológica como fonte de motivação para os intervenientes e de projeção dos seus interesses políticos e económicos, sem esquecer a geopolítica, a estratégia militar e a diplomacia. Por fim, aponta a dimensão interna, sempre presente nas tomadas de decisão sobre os aspetos de política externa. Ou seja, a abordagem deve ser holística, pois existe uma relação de causa-efeito e biunívoca entre os níveis interno e internacional.

A Guerra Fria foi perpetuada sem um confronto armado direto, não obstante o instrumento militar ter sido extremamente desenvolvido e alocado inúmeros recursos, fruto do dilema de segurança<sup>21</sup>. Em contrapartida, passou por várias fases, sendo uma guerra diplomática, de propaganda, económica e ideológica. Foi uma “guerra quente”, pelo seu carácter constantemente eminente (Jena, 2014, p. 21). Quanto às fases, existem várias abordagens<sup>22</sup>. Na Figura 1 podemos observar três fases: 1 – confrontação (1947-1962); 2 – da coexistência

---

<sup>19</sup> Assim designado por ter sido proposto pelo Senador da Virgínia Harry Byrd. Ver entrevista ao Embaixador Michael Samuels, concedida a Charles Stuart Kennedy em 22 de outubro de 1991. Disponível em Library of Congress: <https://cdn.loc.gov/service/mss/mfdip/2004/2004sam02/2004sam02.pdf>.

<sup>20</sup> O termo é originariamente francês, *tiers monde*, da autoria de A. Sauvy, em 1952. O terceiro mundo está também associado a estados “subordinados” ou colonizados (Greene, 1980, pp. 13-16).

<sup>21</sup> O dilema de segurança, associado a Herz (1951) e (2003), foi o principal debate da década de 1950 e uma das consequências dos pressupostos realistas. A ideia de que o aumento das capacidades de um país reduzia a segurança dos demais, resultou numa corrida desenfreada ao armamento. Este paradoxo securitário teve a expressão máxima na produção de armas nucleares (Glaser, 2013, p. 18). Segundo Booth & Wheeler (2008, p. 7), o dilema de segurança refere-se ao papel que o medo pode ter nas atitudes e comportamentos. Para Herz, as causas da guerra residiam na postura defensiva adotada pelos estados (Kuppevelt, 2012, p. 7). Como explicação, Herz (2003) aponta a natureza anárquica do SI e a exposição de uns estados ao risco de uso da força por parte de outros.

<sup>22</sup> Para Jena (2014), a Guerra Fria teve oito fases: 1 - quebra da aliança (1945-45); 2 - hostilização mútua e conflito latente (1946-53); 3 - conflito aparente e ajustamento (1953-62); 4 - degelo (1963-68); 5 - *détente* (1969-78); 6 - nova Guerra Fria (1979-87); 7 - *détente* 2 (1987-89); e 8 - fim da Guerra Fria (1989-90). Kegley & Blanton (2011) apontam apenas três fases: 1- confronto (1947-62); 2 - da coexistência à *détente* (1963-78); e 3 - da nova confrontação à nova reaproximação. Para Dockrill & Hopkins (2006), a Guerra Fria passou por sete fases: 1 - origens (1917-45); 2 - emergência (1946-52); 3 - desafios globais (1953-61); 4 - da crise à *détente* (1961-68); 5 - *détente* (1969-76); 6 - nova Guerra Fria (1977-85); e 7 - nova *détente* (1985-91). Os autores sublinham que a Guerra Fria chegou a África na fase 4, com a crise do Congo e, na fase 5, referem-se a Angola no período 1974-76, apontando o facto de a União Soviética ter projetado os seus interesses em África numa manobra de equilíbrio de poder com os EUA face ao Médio Oriente.



espectro da Guerra Fria, que seria altamente prejudicial para ambos os lados. A segunda razão para não se pretender ganhar uma Guerra Fria consiste nos benefícios<sup>24</sup> conferidos aos participantes pela sua existência. Esses benefícios são, por exemplo, o desenvolvimento de um consenso nacional, face a uma ameaça contra a qual há que procurar aliados (a utilizar em prol dos propósitos de um contendor), bem como a capacidade real de expressar, para a satisfação dos seus cidadãos, conflitos com outros Estados. Em síntese, nesta lógica de T. Shelling encontramos uma justificação para a abordagem indireta.

A mesma lógica pode encontrar-se no relatório NSC 68<sup>25</sup>, onde é referido que a União Soviética é detentora de “uma fé fanática e antitética da americana”, que procura constituir-se como “autoridade absoluta sobre o resto do mundo”, recorrendo, para tal, a “métodos violentos ou não-violentos”, em forma de “guerra fria”. Nesta guerra, de cariz mundial e com necessidades estratégicas muito elevadas, enfrenta-se um inimigo implacável, que recorre a ações de infiltração e de subversão. Uma resposta, segundo o relatório, teria que ir mais além que o *containment*.

Em suma, as “armas” da Guerra Fria eram a diplomacia, a ideologia, a propaganda, a competição científica e económica, a espionagem e a subversão.

## 1.2. Da Estratégia Indireta

A necessidade desta abordagem indireta como estratégia ficou bem refletida num memorando elaborado em 31 de janeiro de 1963 pelo Secretário de Estado dos Assuntos Externos britânico a propósito da disputa sino-soviética. No referido documento podemos ler a importância que Khrushchev dava à disputa económica com o ocidente, destacando a necessidade, não apenas, de se evitar um conflito direto, mas também de guerras locais que pudessem atingir escalas maiores. Haveria por isso que ser cuidadoso no encorajamento dos movimentos de libertação<sup>26</sup>.

A abordagem indireta e direta constituem a divisão da estratégia<sup>27</sup> total quanto ao modo de ação (Couto, 1988, p. 228). A estratégia total, ou “grande estratégia”, como a designam os ingleses, engloba um conjunto de instrumentos ao dispor de um Estado e que lhe permitem conduzir uma guerra total, em concreto, o político, o militar, o cultural, entre outros (Beaufre, 1966, pp. 19-23 e 29). Pode também designar-se como o desenvolvimento e utilização dos instrumentos de poder (militar, económico, político e psicológico), em tempo de paz ou de guerra, por forma a obter o maior apoio às políticas do Estado, aumentando as probabilidades de vitória e diminuindo as hipóteses de derrota (Lutwak, 2002, p. 268).

---

<sup>24</sup> Os benefícios da Guerra Fria assemelham-se aos conferidos no passado pela guerra “quente” ou pela ameaça eminente desta, mas com menos sangue (Moynihan, 1966, pp. 5-6).

<sup>25</sup> Report to the National Security Council - NSC 68”, April 12, 1950. President’s Secretary’s File, Truman Papers. Disponível em [https://www.trumanlibrary.org/whistlestop/study\\_collections/coldwar/documents/pdf/10-1.pdf](https://www.trumanlibrary.org/whistlestop/study_collections/coldwar/documents/pdf/10-1.pdf).

<sup>26</sup> CAB 129/112: Memorandum former ref.: C (63) 9, The Sino-Soviet Dispute, 31/01/1963.

<sup>27</sup> Para Cabral Couto (2014), a estratégia é a ciência e a arte da dialética das vontades na consecução de objetivos num sistema político-social complexo.

A ideia de estratégia indireta surgiu com John Fuller em 1920, foi prosseguida por Liddell Hart em 1929, e por André Beaufre nas décadas de 1960 e 1970.

É com Fuller, através do artigo *The Foundations of the Science of War*, publicado em 1920, e seis anos mais tarde (1926), do livro com o mesmo título, que surge a conceção moderna da estratégia da paralisia. Fuller comparou um Exército a um corpo humano em três dimensões: a mente/cérebro, associada ao comando controlo e elaboração de planos; o corpo, materializado pelos meios e elementos tangíveis; e a alma/espírito, associada à resiliência e elementos intangíveis<sup>28</sup>. Para o autor, a sinergia destas dimensões era fundamental, embora “o segredo na guerra não residisse nos membros de um Exército, mas inteiramente no cérebro que os fazia mover”. Ou seja, a paralisia do cérebro do inimigo conduzia à inoperância do seu corpo e a um efeito negativo produzido na sua alma, logo na sua vontade para combater.

Liddell Hart foi um sucessor de Fuller na ideia de estratégia indireta e de paralisia, inicialmente com *The Decisive Wars of History*, em 1929, e doze anos mais tarde (1941), com uma edição revista intitulada de *Strategy of Indirect Approach*. L. Hart argumenta que a abordagem indireta é o método mais eficaz para desequilibrar o inimigo tanto psicológica como fisicamente, levando a um menor dano e conseqüente custo no período pós-guerra<sup>29</sup>. Para o autor, esta abordagem deveria afetar os vários níveis da guerra, desde o tático ao político, numa relação biunívoca e interdependente de afetação da vontade. Ao considerar os vários níveis da guerra, L. Hart sobe de um patamar da estratégia geral, muito focada no instrumento militar, como a tratou Fuller, para um patamar da estratégia total. Não obstante esta estratificação (estratégia geral e total) apenas surgir na década de 1960 com Beaufre, a mesma ajuda-nos a demonstrar o contributo de L. Hart ao incluir o nível político como um dos alvos da abordagem indireta. Com isso, alargou o âmbito para a utilização de outros instrumentos, desde o militar, ao político/diplomático, passando pelo económico.

Beaufre, na obra “Introdução à Estratégia (1964)”, considera cinco modelos de ameaça (no campo das opções estratégicas) que fazem uma cobertura do campo estratégico, sendo que, os dois primeiros dizem respeito à ameaça direta e indireta, respetivamente. Assim, a ameaça direta está associada à estratégia de dissuasão<sup>30</sup>, enquanto o modelo de pressão indireta procura uma adesão através de ações insidiosas de caráter político diplomático e económico (Coutau-Bégarie, 2010, p. 269)<sup>31</sup>.

---

<sup>28</sup> In p. 51.

<sup>29</sup> Para L. Hart, um estrategista deve pensar em termos de paralisção e não de aniquilação (Freedman, 2013, p. 134).

<sup>30</sup> A dissuasão não está apenas associada à componente nuclear. Ver Santos (1982, pp. 355-358).

<sup>31</sup> Beaufre aponta ainda o modelo de ações sucessivas, que combina os dois primeiros conjuntamente com ações limitadas de forças, o modelo de guerra total prolongada e de baixa intensidade, como o perpetrado por Mao-TséTung e o modelo violento que procura a vitória militar (clausewitziano) (Coutau-Bégarie, 2010, pp. 269-270).

No caso da obra *Dissuasion et Stratégie* (1964), A. Beaufre reflete que a estratégia indireta é uma consequência da *deterrence*<sup>32</sup> nuclear que impedia as grandes potências, em concreto os EUA e a União Soviética, de adotarem uma estratégia direta em circunstâncias que implicassem conflitos de interesse. Para Beaufre, a estratégia indireta visa a obtenção de resultados que não resultem de uma vitória militar. Dois anos mais tarde, na obra *Stratégie de l'action* (1966, p. 28 e 62), Beaufre refere-se à ação como estando sempre baseada na dialética entre os ganhos e as perdas possíveis, ou ainda, no balanço entre a expectativa de sucesso e o medo dos riscos envolvidos. O estrategista distinguiu cinco níveis de ação da estratégia: o da paz total; o da Guerra Fria<sup>33</sup>, ou seja, a intervenção insidiosa e a intervenção aberta; e os que envolviam a força armada<sup>34</sup>, em concreto, o da guerra convencional e o da guerra nuclear.

Beatrice Hauser (2010, pp. 461-462) destaca que, seguindo Clausewitz, Beaufre prescreveu uma abordagem sistémica, começando com um diagnóstico da situação política, seguido da definição dos objetivos político-estratégicos e dos meios para os alcançar em confronto com os objetivos do adversário e dos seus respetivos meios. Como produto final, surgia um plano de ação para a operação, com recurso a vários instrumentos<sup>35</sup> e devidamente faseado. Estes instrumentos materializam a estratégia total que, como observámos, pode ser direta ou indireta. Para Beaufre, a abordagem indireta significa um recurso mínimo à força e ao instrumento militar. É a arte da máxima exploração da estreita liberdade de ação existente num ambiente de *deterrence* nuclear.

Em suma, a abordagem indireta diz-nos que a guerra, por um lado, é limitada no plano da utilização dos meios militares e, por outro, é ilimitada no plano psicológico e moral<sup>36</sup>. Ou seja é a estratégia que inspira os conflitos nos quais se procura a decisão, não através das forças

---

<sup>32</sup> Na doutrina militar norte-americana, a *deterrence* é definida como a prevenção da ação pela existência de uma ameaça credível a uma ação inaceitável e/ou a crença de que os custos dessa ação ultrapassam os benefícios. É um estado de espírito provocado pela existência de uma ameaça credível (U.S. DoD, 2013, p. 73). É frequente constatar a confusão entre a *deterrence* e a dissuasão, pois na verdade elas estão interrelacionadas: ambas se focam no adversário e pretendem influenciar as suas decisões. A *deterrence* pretende demover o adversário de executar um determinado ato de agressão e a dissuasão visa essencialmente demover o adversário de desenvolver determinada capacidade, atuando preferencialmente antes da *deterrence* (Lutes & Bunn, 2008, p. 74).

<sup>33</sup> A intervenção insidiosa engloba ações muito próximas das práticas diplomáticas normais de “tempo de paz”, mas conduzidas com uma intenção estratégica bem definida e, por conseguinte, originando também consequências políticas importantes. Este nível poderá compreender: ações diplomáticas (declarações, negociações); ações de política interna (apoio financeiro a personalidades, partidos políticos, jornais ou outros meios de pressão, com vista a uma mudança de atitude ou a uma substituição do governo; introdução de agentes de espionagem e sabotadores; etc.); ações psicológicas (propaganda subversiva); e ações económicas (restrições de crédito, etc.). A intervenção aberta corresponde a uma tomada de posição pública, podendo englobar o acolhimento e o reconhecimento de governos no exílio, boicotes ou sanções económicas, corte de relações diplomáticas, o fornecimento de armas, de instrutores, de auxílio financeiro, etc. Mesmo na guerra fria, as forças militares desempenham um papel importante. Assim, por exemplo, a mobilização de reservas ou o deslocamento de forças operacionais podem dissuadir o adversário de recorrer à força militar ou levá-lo a negociar; a simples presença de forças militares pode estabilizar a situação e evitar a eclosão de um conflito armado, etc. (Couto, 1988, pp. 154-155).

<sup>34</sup> Ou da “Guerra Quente”, como refere Cabral Couto em “Elementos de Estratégia. Apontamentos para um curso”, Volume I (1988, p. 152).

<sup>35</sup> Nomeadamente diplomáticos, militares. Previamente, conduzia-se uma preparação da opinião interna e um apelo à opinião pública internacional no sentido do isolamento do adversário.

<sup>36</sup> Ideia desenvolvida por Beaufre na obra *La Guerre révolutionnaire: les formes nouvelles de la guerre* (1972).

militares como vetor principal, mas sim recorrendo fundamentalmente as outras formas de coação (económica, política/diplomática...), ou em que se procura, mesmo quando haja que recorrer à força das armas, que a decisão militar seja obtida com um custo mínimo, em regra depois de um prévio desgaste ou enfraquecimento, físico ou psicológico, do adversário.

Na Guerra Fria, o papel da estratégia indireta foi permanente e assumiu uma importância fundamental devido à paralisia criada pela dissuasão nuclear à estratégia direta. Em consequência, as guerras internas e a Guerra Fria eram as guerras possíveis (Couto, 1988, p. 233). O Terceiro Mundo foi um terreno fértil para várias formas de guerra que espelham a abordagem indireta em análise. Expressões como “guerra revolucionária”, “guerra subversiva”<sup>37</sup>, “guerra de guerrilha”<sup>38</sup>, “guerra por procuração”<sup>39</sup> e “guerra de libertação” passaram a fazer parte do léxico, não apenas da doutrina militar, mas também da política. Além disso, tiveram uma ampla influência nos estudos de segurança no período da Guerra Fria. Neste âmbito, e porque é comumente aceite nos *fora* das ciências sociais que as guerras conduzidas no Terceiro Mundo eram ideológicas, ou de cariz revolucionário, importa discorrer um pouco mais sobre a guerra revolucionária.

A revolução bolchevique, que levou Lenine ao poder, foi assumida como a principal precursora da ideia de guerra revolucionária. Embora Trotsky tenha sido também um precursor de estudos neste campo, foi Lenine quem procurou levar a revolução de inspiração marxista, que se tornara permanente, à humanidade. O verdadeiro teórico da guerra revolucionária é, contudo, Michel Frunze<sup>40</sup>, a quem Lenine e Boukharine se juntaram para, juntos, conceberem uma nova forma de guerra. Com a morte de Lenine, surge Estaline e, com este, a guerra revolucionária permanente de Lenine torna-se universal. Mas, a evidência de falhas nesta tese leva e que num fórum de discussão na Escola de Guerra Política, criada em 1926 na Crimeia, surja Mao Tsé-Tung e, com ele, a guerra permanente e universal de Estaline, tornou-se uma guerra total<sup>41</sup> que implica todas as atividades de um estado e de uma sociedade. Anos mais tarde, em 1954, Vichinsky referia que a guerra

<sup>37</sup> A guerra subversiva traduz-se numa luta conduzida no interior de um território, por parte da população, ajudada e reforçada, ou não do exterior, contra a autoridade de direito ou de facto, com o fim de lhe retirar o controlo desse território ou, pelo menos, de paralisar a sua ação. É uma luta prolongada, conduzida metodicamente, por forma a obterem-se objetivos intermédios específicos que levam, finalmente à conquista do poder (Couto, 1988, p. 158).

<sup>38</sup> Uma guerra de guerrilha surge quando dois adversários se batem e um deles possui meios de combate nitidamente inferiores ao outro mas não atingiu o desequilíbrio psicológico que significa a sua derrota (Santos, 1982, p. 225). Segundo Grundy (1971, p. 25), a guerra de guerrilha é uma conjugação de operações em que combatentes utilizam táticas móveis para desgastar ou afetar um inimigo bem treinado.

<sup>39</sup> Bar-Siman-Tov (1984, p. 263) associa as guerras por *proxy* a uma confrontação indireta entre duas superpotências que apoiam partes em conflito. Esta abordagem foi uma constante na Guerra Fria, em particular na África Austral.

<sup>40</sup> Oficial soviético e um dos pais do exército vermelho. Frunze foi um teórico militar que ajudou a estabelecer as bases para uma máquina militar soviética permanente e eficiente em tempos de paz, através da introdução do serviço militar obrigatório da padronização de formações militares, de exercícios e de uniformes. A sua oposição às ideias de Trotsky durante a guerra civil valeu-lhe o apoio de Estaline (Encyclopædia Britannica, 2017). O seu nome está atribuído à Academia Militar de Moscovo (Oliveira, 1966, p. 56).

<sup>41</sup> Não obstante o conceito de guerra total ter surgido uns anos mais tarde, em 1935, por E. Ludendorff, em “Der Totale Krieg”, não se pretende associar o seu pensamento ao de Mao Tsé-Tung. No caso deste último, a guerra total era contra a unidade política investida de poder.

moderna era uma guerra psicológica (Oliveira, 1966, pp. 55-59), o que também traduz um paralelismo com a abordagem indireta trazida por Beaufre.

Por fim, a abordagem indireta pode ser considerada no patamar: (1) da grande estratégia, que considera a coação económica, diplomática, política e da força militar; e (2) da estratégia operacional, que remete para a aplicação indireta do instrumento militar, que, por sua vez, está dependente da surpresa, da flexibilidade, da velocidade e da decepção para alcançar efeitos físicos e psicológicos sobre um inimigo ou adversário<sup>42</sup>. Desta forma, consolidando os aspetos referidos na primeira parte, pode-se avançar com um modelo de análise para responder à questão formulada. Na Figura 2 apresentam-se as duas fases de tratamento da investigação (conceitual e analítica) que refletem a procura de indicadores que evidenciam o recurso a uma abordagem indireta pelas grandes potências, em Angola e Moçambique. A abordagem será analisada no patamar da grande estratégia, ou seja, no contexto dos instrumentos de coação político, económico e militar.



Figura 2 – Modelo de análise e estrutura do artigo

Fonte: (Autor, 2017).

<sup>42</sup> Ver em [http://en.specwar.info/TTT\\_and\\_S/indirect\\_approach.php](http://en.specwar.info/TTT_and_S/indirect_approach.php).

## 2. As dinâmicas indiretas da Guerra Fria nas províncias ultramarinas de Angola e Moçambique

Nesta secção apresentam-se elementos que, por um lado, materializam a presença da Guerra Fria na África Austral, particularmente em Angola e Moçambique, e, por outro, que refletem uma abordagem indireta. A ascendência das potências globais no contexto da Guerra Fria impulsionou o processo de descolonização após a 2ª Guerra Mundial, sendo simultaneamente, um desafio para as potências europeias de África com possessões em África e na Ásia.

Concretamente, o processo de descolonização teve uma aceleração em 1947, quando os britânicos consentiram a independência da Índia e do Paquistão, dois Estados que, fruto de interesses comuns (nomeadamente nos territórios de Caxemira), se confrontaram em 1965, em 1971 e em 2002 (já como potências nucleares). A violência também se iniciou no Vietname, na década de 1950, e na Argélia, no início dos anos de 1960, quando os franceses procuraram recuperar o controlo desta antiga colónia. O mesmo estado de conflito se observou no Congo em 1960, após a independência concedida pelos belgas, e, a partir de 1961, foi Portugal que se viu confrontado com os “ventos de mudança” trazidos pelos movimentos de libertação de atuação subversiva (Angola em 1961, Guiné-Bissau em 1963 e Moçambique em 1964) (Kegley e Blanton, 2011, p. 110).

A agitação no Terceiro Mundo, particularmente em África, prolongou-se até à década de 1970, levando ao aparecimento de novos Estados e de movimentos políticos, que ficaram permeáveis à influência comunista. Esta “liberdade” dada aos africanos levava os EUA a abrirem mais uma frente na Guerra Fria (Westad, 2007, pp. 134-136 e 207-210). Porém teriam que lidar com o facto de Lenine, Estaline e Mao serem mais apelativos que o sistema político americano que estava com as atenções voltadas para o Vietname<sup>43</sup>. Além disso, os soviéticos<sup>44</sup> sabiam mais que ninguém armar iletrados com armas baratas e de utilização simples (Fergusson, 2006, p. 528). Contavam ainda com Fidel Castro, embora este fosse considerado, uma marioneta<sup>45</sup> sem fios” (Fergusson, 2006, p. 527).

A Conferência de Bandung, em 1955, trouxe a bandeira da autodeterminação dos povos nos territórios não-autónomos, e que foi encarada pela URSS e pela China como uma janela de oportunidade para uma manobra de influência na adesão destes ao regime comunista.

---

<sup>43</sup> Este aspeto de contexto foi extremamente importante na postura americana face à África austral e, além disso foi também influenciado pelas várias administrações, sendo que a de Johnson foi a que mais se ausentou dos problemas africanos.

<sup>44</sup> O envolvimento soviético iria ter uma influência decisiva junto dos principais movimentos anti-coloniais nos anos de 1960-70. Estes movimentos recorriam ao marxismo como base política. A resistência portuguesa em conceder autodeterminação das possessões ultramarinas tornou impossível uma independência pacífica. Para muitos, o marxismo tinha-se tornado um veículo para o nacionalismo radical em sociedades não-industrializadas (Guimarães, 1992, p. 424).

<sup>45</sup> A intervenção cubana convergiu com os interesses soviéticos. Contudo como política, emergiu de um processo político e ideológico interno cubano (Guimarães, 1992, p. 24).

Neste mesmo ano, em 27 de setembro, o Egito assina um acordo<sup>46</sup> com a Checoslováquia para o fornecimento de uma quantidade massiva de armas. A Checoslováquia era tida como o maior exportador de armas para os países do Terceiro Mundo (Laron, 2007, pp. 1-5). O acordo com a Checoslováquia<sup>47</sup> foi considerado o catalisador principal da crise do Suez (26 de julho de 1956) e teve consequências para a Guerra Fria<sup>48</sup>. Foi o início de uma nova era da política externa da União Soviética na procura de visibilidade no Médio Oriente como uma alternativa ao ocidente e que se refletiu nos domínios militar e económico (i.e. através de carregamentos de armas e envio de técnicos, bem como da barragem de Assuão<sup>49</sup>, cuja nacionalização resultaria da crise do Suez). Eisenhower percebeu isso e, em 5 de janeiro de 1957, numa mensagem ao Congresso americano estabeleceu a Doutrina Eisenhower<sup>50</sup> destinada a conter os indicadores de pan-arabismo de Nasser, bem como a expansão soviética em África (Skaggs, 2015, pp. 83-84).

No contexto da africano, pode-se referir que a independência do Congo, em 1960, constituiu uma espécie de “inimigo às portas” que provocou desequilíbrios na arquitetura de segurança da África Austral, ditando o início de um cerco deste espaço regional que viria a criar um efeito dominó com reflexos na independência da Tanzânia (Tanganica), em 1961; e da Zâmbia (Rodésia do Norte) e do Malawi, em 1964. Portugal, através de Angola e Moçambique, assumiu a posição de linha da frente de um Reduto Branco<sup>51</sup> que havia que proteger da penetração comunista (Watts, 2006, p. 236).

Desde inícios da década de 1960 que as grandes potências tiveram um importante papel nas lutas de libertação na África Austral. No caso da África do Sul, antes de 1960 dois líderes (Nana Mahomo e Peter Molosti) do *Pan Africanist Congress* (PAC) foram enviados para os EUA para

---

<sup>46</sup> Durante os três anos anteriores, entre 1952 e 1955, os EUA tentaram um acordo de assistência militar com o Egito, mas sem sucesso. Ainda assim, nesse mesmo período, o Egito recebeu apoio financeiro dos EUA para o seu desenvolvimento (Laron, 2007, p. 1). Esta atitude de recusa demonstrou um afastamento do Ocidente em detrimento do bloco de leste.

<sup>47</sup> Ver também C. Sobers (2014), em “Africa’s Czechoslovakia: Internationalism and (Trans)national Liberation in Angola, 1961-1976”.

<sup>48</sup> Para Nasser era a resposta ao Pacto de Bagdade (assinado entre a Turquia, o Iraque, a Grã-Bretanha, o Paquistão e o Irão) que permitiu ao Iraque receber apoio do ocidente fazendo pender o equilíbrio de forças para o seu lado em relação ao Egito. Não obstante o Pacto ter servido como uma rede defensiva do ocidente contra a União Soviética, o que é facto é que também afetou a economia egípcia (Skaggs, 2015, p. 31).

<sup>49</sup> Desde 1954 que a União Soviética manifestava junto do Egito a intenção de construir a Barragem de Assuão (CIA, 1957, p. 5).

<sup>50</sup> Pressupunha apoio militar, económico e, se necessário, intervenção direta (Skaggs, 2015, pp. 83-84).

<sup>51</sup> Termo surgido num relatório da *Central Intelligence Agency* (CIA), em 28 de junho de 1962, anexado a um relatório de 6 de julho de 1962 de McGhee et al. NSF, Caixa 2, JFKL. O termo referia-se a Portugal, através de Angola e Moçambique, à África do Sul e à Rodésia. Rosalynde Ainslie (1962), em “The unholy Alliance: Salazar, Verwoerd, Welensky”, associou os três países a uma “aliança ímpia”. Mais tarde, em 1967, o Southern Africa Committee, publicou o artigo “The Southern Africa Axis: The Unholy Alliance” (pp. 9-11). O conjunto dos três países ficaria também conhecido por ASPRO (iniciais de África do Sul, Portugal e Rodésia), um termo inscrito no jornal *Der Spiegel* nº 46 (1968, p. 127) e também em “Africa in Eclipse”, por L. Barnes (1972, p. 266). Em julho de 1973, o movimento *anti-apartheid* inglês, por ocasião de uma visita de M. Caetano à Inglaterra, produziu um panfleto onde designou o conjunto dos três países de eixo branco (*In*: <http://aamarchives.org/>, “The white axis”). Em 1984, A. Amakiri, designava a ligação entre Portugal, a Rodésia e a África do Sul de “tripla aliança” (p. 317). Mais recentemente, em 2013, S. Funada-Classen (p. 264), em “The Origins of War in Mozambique”, adotaria o termo “conselho dos três”.

mobilizarem apoio político e recolherem fundos. O mesmo foi efetuado pelo *African National Congress* (através de O. R. Tambo). Além dos EUA, estes movimentos tentaram aproximações aos países europeus ocidentais, à União Soviética (ANC) e à China (PAC). Inicialmente, as grandes potências garantiram apoio financeiro e logístico a estes e outros movimentos na Zâmbia e na Tanzânia. Entre 1961 e 1975, o apoio era preferencialmente assegurado através de organizações não-governamentais e de outros atores não-estatais (Kondlo, 2009, p. 70).

No caso português, Amaral Lopes, primeiro Secretário da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), numa entrevista a Dalila Mateus (2006, pp. 64-65), refere que a independência do Congo fora “um facho que acendera a palha já seca ...”. O entrevistado refere ainda que a guerra na Argélia, bem como a independência do Gana em 1957, tiveram uma influência considerável na vontade de lutar pela independência. Da mesma forma, Manuel Santos Lima, comandante da primeira força militar do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), em entrevista a Fernando Guimarães, destaca o apoio de Marrocos, onde organizou e treinou a sua força, da Argélia<sup>52</sup>, de onde surgiram conhecimentos de guerrilha urbana e do Congo Leopoldville, onde foi constituído o quartel-general do MPLA. Sublinhou de igual modo o papel da Organização de Unidade Africana (OUA), da China e da União Soviética.

A Organização da Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos (AAPSO) criada no Cairo, em fins de 1957, foi o resultado de uma manobra desencadeada pela Rússia<sup>53</sup> e pela China junto de Nasser por antecipação à Conferência dos Estados Africanos Independentes, levada a cabo por Nkrumah, um adepto do nacionalismo pan-africanista.

Foi contudo em 1958 que a RAU celebrou um acordo *de facto* com a União Soviética. Não era considerado um acordo ideológico, mas sim um “casamento de conveniência”, cuja solidez assentava no anti-imperialismo de Gamal Nasser. Foi através da sua ligação à RAU que a URSS viu uma possibilidade de apoiar outros Estados africanos e movimentos nacionalistas, vendendo a ideia de ser uma alternativa ao apoio técnico e financeiro prestado pelo Ocidente (Ismael, 1968, pp. 185-186).

---

52 J. Byrne (2016, p. 164) destaca que a Aliança entre as Frente de Libertação Nacional argelina e a China durante a Guerra na Argélia conotou este e outros movimentos de inspiração revolucionária, com Mao-Tsé Tung.

53 J. Milhazes reforça esta ideia em “Angola. O princípio do fim da União Soviética” (2014, p. 31). Destaca ainda que os EUA, seguindo a lógica da Guerra Fria apoiaram Israel. Dois anos mais tarde, em janeiro de 1959, realizou-se a Conferência Afro-Asiática da Juventude, um outro momento para recrutar jovens para espalhar a causa comunista em África (Ismael, 1968, p. 187).

Na terceira<sup>54</sup> conferência plenária da AAPSO, realizada em Moshi, Tanganica, entre 4 e 10 de fevereiro de 1963, a organização contava já com 36 países/províncias ultramarinas, entre as quais Angola, através do MPLA (Mário d’Andrade), e Moçambique, por intermédio da FRELIMO (Marcelino dos Santos). Em fevereiro de 1961, foi fundado o Fundo de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos, em Conakry, com um dos vice-presidentes chinês e membros das comissões diretoras da União Soviética. O Fundo tornou-se o meio concreto pelo qual a AAPSO enviou ajuda aos movimentos independentistas da África e da Ásia. Numa segunda reunião do Fundo de Solidariedade em Conakry, em junho de 1961, foram debatidos “os esforços pela libertação da Argélia, Angola, Congo e Camarões, entre outros...” A AAPSO surgiu contudo como um dos principais campos de batalha<sup>55</sup> entre chineses e russos (Kimche, 1969, pp. 93-105).

Holden Roberto, líder da UPA<sup>56</sup>, e mais tarde da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), tinha uma ligação com vários países africanos, em particular com a República Árabe Unida (RAU) e com a Argélia, para onde viajou várias vezes. A solidariedade destes países para com a causa dos movimentos nacionalistas levou inclusivamente a que a RAU, entre outros, rompesse as relações diplomáticas com Portugal e procedesse ao envio de armas e tropas para Angola<sup>57</sup>. Em linha com este apoio, a RAU, por intermédio de Mohammed Fayek, Diretor do Departamento dos Assuntos Africanos da presidência e que, em 1964, estaria na origem do Plano Fayek<sup>58</sup> de Subversão da África Austral, defendeu

---

<sup>54</sup> Considerada como o ponto mais alto alcançado pela influência chinesa no Movimento de Solidariedade. Este aspeto está associado ao facto da AAPSO ter servido como um dos principais campos de batalha, entre chineses (adeptos da libertação colonial) e russos (defensores da coexistência pacífica e do desarmamento), junto dos países africanos (Kimche, 1969, pp. 106-107). Esta situação advém da segunda Assembleia, realizada em abril de 1960, em Conacri, onde participaram delegações de 49 países e territórios. A presença africana foi reforçada pela participação de personagens eminentes tais como Odinga Oginga, de Quênia, Joshua Nkomo, da Rodésia, Oscar Kambona, do Tanganica, Djibo Bakary, da Nigéria, Ismael Touré o presidente guineense e anfitrião da reunião, por três equipas de observadores em representação da Federação dos Estudantes da África Negra em França, a *Présence Africaine*, e o Comité das Organizações Africanas. Os trabalhos foram em grande parte dominados pelos comunistas, pelos asiáticos e pelos árabes. A maioria das resoluções havia sido previamente preparada pelo Secretariado do Cairo que, naquela época, era dominado pelo secretário-geral egípcio, Yusuf al-Sibai, pelo russo Sharaf Rashidov e pelo indiano pró-comunista, Dr. Malaviya. Nas comissões restritas, foram ainda, na maioria das vezes, os membros desses três países, juntamente com uma delegação chinesa, os mais ativos (Kimche, 1969, pp. 103-104).

<sup>55</sup> Este confronto levaria à saída da China da AAPSO em 1967 (Dreyer, 1994, p. 57).

<sup>56</sup> A UPA era considerada uma ferramenta da *Central Intelligence Agency* (CIA). Em 27 de março de 1962, a UPA e o Partido Democrático de Angola (PDA) fundaram a FNLA. No ano seguinte, em 1963, a UPA criou em Leopoldville o Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE), que foi de imediato reconhecido pelo presidente Cyrille Adoula, presidente do Congo (Humbaraci & Muchnik, 1974, p. 123).

<sup>57</sup> B., G., (1964). *Le derniers bastions du colonialisme en Afrique – 18. Images: Le Sommet Africain au Caire - n° 1819*, 18 Juillet, pp. 20-22.

<sup>58</sup> O Plano Fayek era apoiado na Zâmbia, considerada “a base” de treino e preparação de terroristas para posterior atuação em Angola e Moçambique (Meneses & McNamara, 2014, p. 380). Mohammed Fayek liderou o Gabinete de Assuntos Africanos, estabelecido na presidência de Nasser, e que prestou apoio diplomático, político e militar aos movimentos de libertação africanos e a líderes de estados africanos recém-independentes contra antigas potências coloniais. Além disso, a sede da Associação Africana em Zamalek tornou-se num refúgio para revolucionários, estudantes e líderes nacionalistas... Com a subida ao poder de Anwar Sadat, em 1970, deu-se uma inversão e a política egípcia passou a apoiar os EUA em África e a UNITA em Angola (Tawfik, 2016, p. 303 e 305).

que os estados africanos, membros das Nações Unidas (NU) deveriam adotar uma conduta comum contra a África do Sul e Portugal. A escolha "...residia entre 250 milhões de africanos e menos de cinco milhões de brancos". Para a RAU, Portugal não poderia fazer mais promessas de reformas e escudar-se nos EUA, na Inglaterra e na França. A autodeterminação era a única via. "[...] todos os países africanos apoiavam a causa dos movimentos em Angola e fariam o mesmo em Moçambique, quando o povo o desejasse<sup>59</sup>. Podemos retirar daqui dois aspetos. O primeiro aponta para o papel das NU enquanto motor que intitucionalizou a desolonização<sup>60</sup>. O segundo destaca o papel da RAU como Estado dinamizador desse processo no contexto africano. Acreditamos que esta postura está relacionada: com uma maior maturidade da RAU enquanto Estado independente; com a revolução operada em 1952<sup>61</sup>, que permitiu a sua industrialização; e com a crise do Suez, que "expulsou" as potências europeias, abrindo as portas às potências mundiais.

Em 1962 num relatório<sup>62</sup> da CIA era destacada a complexidade do problema português nas relações com os EUA. A Aliança de Defesa<sup>63</sup> celebrada entre os dois países, em 1951, permitia a utilização da base das Lajes somente até 1962, havendo a necessidade de renegociação. Durante a era Kennedy, três quartos do tráfego militar dos EUA para a Europa e Médio-Oriente passaram pela base das Lajes, o que destaca a importância desta infraestrutura<sup>64</sup>. O documento da CIA apontava sete modalidades de ação possível para lidar com a difícil situação: (1) adoção de uma política de dupla-face que implicaria chamar as NU e África para a resolução do problema, fazendo ver que os Açores e a questão africana eram dois assuntos separados; (2) aguardar pela evolução tecnológica de modo a tornar os Açores num assunto contornável; (3) recorrer ao Brasil devido às boas relações deste país com Portugal; (4) recorrer ao Vaticano para que este influenciasse Salazar; (5) apoiar a autodeterminação; (6) centrar a resolução do problema nas questões económicas e educacionais, na metrópole e em África; e (7) deixar que os acontecimentos influenciem a "direção do vento" e este sobre de feição para os EUA.

Convencido de que a intransigência de Salazar relativamente a África poderia levar a uma guerra em grande escala com envolvimento soviético, Kennedy procurou ser cauteloso. Discretamente, a sua administração reduziu a ajuda militar a Portugal e, em 1961, por intermédio do embaixador dos EUA em Lisboa, proibiu o uso de armas e de equipamento militar americano em África por parte de Portugal. As sucessivas rejeições de

<sup>59</sup> *Idem*. ...*La RAU insiste pour la Libération complète du continent Africain...*(p. 46).

<sup>60</sup> O. Eze (1976, p. 4) defende esse argumento, atribuindo às NU o título de "agente descolonizador" na África Austral.

<sup>61</sup> B., em "L'Afrique d'aujourd'hui" (1964, p. 32).

<sup>62</sup> Datado de 28 de junho de 1962 e anexado a um relatório de 6 de julho de 1962 de McGhee et al. NSF, Caixa 2, JFKL, pp. 9-13.

<sup>63</sup> Os EUA celebraram um acordo de defesa mútua em 1951 onde se lia que: a segurança estava garantida para o território peninsular e que o apoio militar nas colónias poderia ser utilizado, mas de forma secreta. Em troca, foi obtida a autorização para a utilização dos Açores por cinco anos, renovável em 1957, até dezembro de 1962. Daqui resultou que a primeira metade dos anos de 1950 foram um período de silêncio para Salazar, que culminou, em 1955, com a entrada na ONU (Sanz, 2015, p. 156).

<sup>64</sup> Schmidt, A., *Foreign Intervention in Africa. From the Cold War to the War on Terror* (2013, pp. 84-85).

Salazar em conceder a autodeterminação em Angola levaram Kennedy a iniciar contactos com a oposição política portuguesa, com oficiais de patente intermédia do Exército, e até com movimentos nacionalistas africanos, na esperança de evitar a influência comunista e a luta armada. Canalizou secretamente ajuda, através da administração Adoula no vizinho Congo, e, por intermédio da CIA, assegurou um valor anual de 6 mil dólares<sup>65</sup> a Holden Roberto (líder da FNLA) em troca de informações e do reforço da UPA/FNLA contra o MPLA. A administração Kennedy também apoiou 150 mil refugiados angolanos no Congo e concedeu bolsas de estudo a estudantes africanos portugueses que viviam no exílio (Schmidt, 2013, pp. 84-85).

Embora o processo de descolonização em curso tenha conduzido a uma onda de solidariedade no contexto africano e que apelaria a uma união de esforços, o que é facto é que, em 1960-61, se assistiu a uma divisão ideológica em dois grandes grupos africanos no seio das NU, o Grupo de Casablanca e o Grupo de Monróvia<sup>66</sup>. A formação do Grupo de Casablanca provocou um choque nas comunidades brancas<sup>67</sup>. Três anos mais tarde, os líderes destes grupos reuniram-se, em 25 de maio de 1963, em Addis Abeba, e estabeleceram a Organização de Unidade Africana<sup>68</sup> (OUA) (Zang, 1998, p. 3).

Logo em 1963, em 11 de agosto, a OUA adota uma postura de condenação face a Portugal e à África do Sul, que teve como consequência um boicote nos campos económico e político, recorrendo a métodos “diretos e indiretos”<sup>69</sup>. E. Ekpenyong refere que Portugal aderiu<sup>70</sup> à Economic Commission for Africa (ECA). Contudo, em 1963 Portugal foi expulso por não cumprir as determinações da Comissão nem as resoluções das NU que lhe haviam sido aplicadas (1989, pp. 33-35). Esta postura de “rejeição” face a África era acompanhada por uma “atração”, no plano económico, relativamente à Europa. Para o efeito, contribuiu entrada na *European Free Trade Association* (EFTA), em 1959, no

---

<sup>65</sup> J. Hoff (2008, p. 105) refere que o apoio americano, que ascendeu aos 300 mil dólares (valor total recebido entre 1961 e 1975), era encoberto e desconhecido inclusivamente do congresso. O autor destaca que este financiamento foi aumentado na era Nixon e que provinha do NSC 40 (o comité secreto), destinado às operações encobertas (ver <https://ratical.org/ratville/JFK/40Comm.html>, J. Stockwell (1978), Ray et al (1982) e <https://fas.org/irp/offdocs/nsdm-nixon/nsdm-40.pdf>).

<sup>66</sup> Estes dois grupos foram impulsionados pelos Congressos Pan-africanos de 1953 (Kumasi) e 1958 (Acra). Para Tshiyembe (2002), o Grupo de Casablanca seguia uma corrente maximalista do pan-africanismo orientada para fundação dos Estados Unidos de África e para a transformação daquele continente num ator na cena mundial. Os rostos principais do Grupo de Casablanca eram Gamal Nasser (Egito) e Kwame Nkrumah (Gana). Por seu lado, o Grupo de Monróvia prosseguia numa via minimalista centrada no direito à independência, no respeito pela soberania e pela não-ingerência nos assuntos internos dos Estados. O Grupo de Monróvia era liderado por Félix Boigny (Costa do Marfim) e Léopold Sédar Senghor (Senegal) (Tshiyembe, 2002).

<sup>67</sup> Relatório da *Central Intelligence Agency* (CIA), em 28 de junho de 1962, anexado a um relatório de 6 de julho de 1962 de McGhee et al. NSF, Caixa 2, JFKL, p. 5.

<sup>68</sup> In: Addis Ababa Conference of African Heads of States and Governments. - Adoption of Charter of the Organization of African Unity. *Keesing's Record of World Events* (Formerly *Keesing's Contemporary Archives 1931-1988*) Volume 7 (1961), Issue No. 7 (July), Page 18217.

<sup>69</sup> In: Resoluções e recomendações da primeira sessão ordinária do Conselho de Ministros da OUA, realizada em Dacar (Senegal), entre 02 e 11 de agosto de 1963, p. 6.

<sup>70</sup> Juntamente com a Etiópia, o Gana, a Guiné, a Libéria, a Líbia, Marrocos, o Sudão, a Tunísia e a República Árabe Unida. Dos seis membros não-africanos destacam-se a Bélgica, a France, a Itália e Portugal (Ekpenyong, 1989, p. 33).

Banco Mundial e no Fundo Monetário Internacional, em 1960, e a sua adesão ao *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT), em 1962 (Sanz, 2015, p. 166)<sup>71</sup>.

As autoridades soviéticas tinham conhecimento do MPLA desde 1956. Contudo, os contactos intensificaram-se somente em 1961, através de uma visita de dirigentes<sup>72</sup> do MPLA a Moscovo<sup>73</sup>. O processo foi acompanhado por Piotr Evsiukov durante quinze anos. Este relata que, em 1963, devido a divergências entre os líderes do MPLA, a União Soviética esteve prestes a romper as relações com este movimento e a reconhecer a FNLA<sup>74</sup> como legítima representante do povo angolano. Foi, no entanto Álvaro Cunhal, quem evitou tal consequência<sup>75</sup>. Em 1967, a União Soviética enviou delegações a África que estabeleceram o contacto com os dirigentes do MPLA em Dar-El-Salam, Lusaca e Brazzaville, onde se encontravam sedes de Chipenda, Aníbal de Melo e Agostinho Neto, respetivamente<sup>76</sup> (Milhazes, 2014, pp. 33-39).

Em 1961, o PAIGC, a FRELIMO e o MPLA estabeleceram a Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP)<sup>77</sup> com o objetivo de coordenar a luta de libertação nos territórios da Guiné, Moçambique e Angola, respetivamente. As três organizações participaram, em 1966, na Conferência Tricontinental em Havana, onde a Organização de Solidariedade para com os Povos da Ásia, de África e da América Latina foi fundada com o compromisso de apoiar a libertação nacional e o desenvolvimento económico nos três continentes (Schmidt, 2013, p. 82).

Em 4 de dezembro de 1963 representantes do GRAE/FNLA<sup>78</sup> nas Nações Unidas aproximaram-se da delegação soviética solicitando apoio financeiro e material. A União Soviética já pretendia estabelecer esta ligação há algum tempo, até que em 17 de dezembro, Dimitri Dolidze, Secretário-Geral do Comité Soviético de Solidariedade, se encontrou com Holden Roberto em Nairobi, no decurso das comemorações da independência do Quênia. Neste encontro, Roberto, manifestou a vontade de estabelecer

<sup>71</sup> A defesa das colónias portuguesas obrigou Salazar a deixar “colonizar” muitos setores da economia nacional, bem como dos territórios africanos. A abertura sistemática de Angola ao capital estrangeiro seguiu-se ao desencadear da luta armada pelo MPLA. Isso originou uma preponderância dos interesses americanos no petróleo, setores bancários e exploração mineira (Rosemberg, 1976, pp. 48-49).

<sup>72</sup> Inicialmente Mário Pinto de Andrade e, posteriormente, Agostinho Neto, este último com a ajuda do Partido Comunista Português (Milhazes, 2014, p. 33).

<sup>73</sup> Mário de Andrade havia estado presente numa conferência em 1960 em Taskent (União Soviética). In: Entrevista de Manuel Santos Lima a F. Guimarães (1992, p. 473).

<sup>74</sup> Esta opção da União Soviética no sentido de reconhecer a FNLA demonstra que a questão naquela altura não era ideológica. Por outro lado, contraria a perceção de anticomunismo com que os americanos ficaram de Holden Roberto quando este estudou nos EUA (Noer, 1985, p. 68).

<sup>75</sup> In: Shubin (2008, p. 18).

<sup>76</sup> O MPLA tinha também um hospital na cidade de Dolezzi, junto da fronteira entre o Congo e Angola (Milhazes, 2014, p. 39).

<sup>77</sup> Em Rabat. Fazia parte do CONCP o Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe (CLSTP) (Humbaraci & Muchnik, 1974, p. 117). Ver também os estatutos do CONCP, disponíveis em <http://casacomum.net/cc/visualizador?pasta=04604.023.015>.

<sup>78</sup> Em 1966 são também relatadas ligações entre o GRAE e o Comité Americano para África por intermédio do seu dirigente, Frank Montero. Documento nº 250, Proc.º 940.1(7)I, de 16 de novembro de 1966, do Ministério dos Negócios Estrangeiros. AHD - S11.1.E10.P3/69604.

o contacto com países socialistas, estando aberto à ideia de uma frente comum com o MPLA, algo que deixara muito satisfeito Dolidze. Roberto reforçou que essa união teria que ser encabeçada pela FNLA e aproveitou para denunciar a suposta colaboração de Agostinho Neto com as autoridades portuguesas. A forma nervosa como Roberto se comportou neste encontro levou a que, mais tarde, os soviéticos prestassem mais atenção ao ministro dos negócios estrangeiros do GRAE, Jonas Savimbi (Telepneva, 2014, pp. 115-116), que formaria a terceira força em 1966, a União Nacional para a independência Total de Angola (UNITA). A China procurou desde logo estabelecer contactos com a UNITA, que viria também a ser apoiada pelos EUA<sup>79</sup> e pela República de África do Sul (Shubin, 2008, pp. 40, 42 e 49).

A OUA viria a reconhecer o MPLA em 25 de novembro de 1964. Este processo de reconhecimento, abriu outras portas, de que se destaca, em 1965, a permissão conseguida por Agostinho Neto (MPLA) junto da Zâmbia e da Tanzânia para o estabelecimento de rotas de reabastecimento para o Leste de Angola. Este apoio dos dois governos foi decisivo, pois permitiu ao MPLA abrir a frente Leste contra as forças portuguesas em 1966 (Humbaraci & Muchnik, 1974, pp. 124-125). Apesar disso, e no caso particular da Zâmbia, em 1965, informadores portugueses dão conta do trânsito de armas, com sucesso, entre o Catanga e Moçambique e da apreensão de um carregamento proveniente da Tanzânia. Kaunda, quando questionado, refere que concorda com a luta contra o colonialismo, no entanto, não aceita a passagem de armas pelo seu país<sup>80</sup>. Este aspeto permite-nos retirar duas conclusões. Em primeiro lugar, a postura dos Estados, que outrora haviam sido possessões britânicas e que, uma vez independentes (Zâmbia, independente em 1964 e Tanzânia, independente em 1961), se constituem como *enablers* ou multiplicadores de força. Em segundo lugar, o contacto com o “inimigo às portas” resultante da independência do Congo em 1960, adquiria contornos de manobra de envolvimento e de penetração na profundidade de Angola e também de Moçambique. O reconhecimento do MPLA pela OUA tinha ainda outras vantagens. Uma delas foi a possibilidade de estar ligado ao Comité de Libertação Africana (CLA), criado em 1963 pela OUA.

O CLA tinha como missão coordenar o apoio externo aos movimentos subversivos e legitimar a sua ação. Era uma entidade coordenadora de qualquer tipo de apoio externo. Dos movimentos a operarem em Angola e Moçambique, além do MPLA, a OUA reconheceu o GRAE/FNLA<sup>81</sup> e a FRELIMO (Grundy, 1971, pp. 137-138 e Apêndice 2). Este reconhecimento do GRAE/FNLA, não obstante ser *de jure*<sup>82</sup>, leva-nos a acreditar que teve

---

<sup>79</sup> Ver também J. Hoff (2008, p. 105).

<sup>80</sup> PT-TT-SCCIM-A-20-7-43. Ofício nº 7527/E-5-15-29, de 24 de novembro 1965, do Gabinete de Estudos políticos, endereçado ao Governador-Geral de Moçambique.

<sup>81</sup> Reconhecimento *de jure* (Grundy, 1971, p. Apêndice 2).

<sup>82</sup> Guimarães (1992, pp. 240-241) refere que este reconhecimento se destinava a forçar uma aliança do MPLA ao GRAE. Seria o Comité de Conciliação da OUA que, em 1967, viria a retirar o reconhecimento à FNLA. Contudo, o reconhecimento do MPLA, como movimento legítimo, dar-se-ia em 1964 e, a partir de 1966, este movimento teria o apoio preferencial do CLA.

que ver com o “quase” reconhecimento desta força por parte da União Soviética como legítima representantes do povo angolano.

A necessidade do caminho-de-ferro entre Lusaca e Dar-es-Salaam (Tanzânia- Zâmbia - TANZAM) foi identificada por Nyerere e Kaunda. Aparentemente, um estudo desenvolvido pelos EUA dava conta que, do ponto de vista económico, esta infraestrutura não fazia sentido. Ainda assim, os líderes destes dois países estavam convictos da sua necessidade e procuraram de obter capital ocidental para o efeito, mas tal não aconteceu<sup>83</sup>. A DIU na Rodésia serviu para que Kaunda aceitasse a proposta da China<sup>84</sup>, após recusa dos EUA, da URSS e da Inglaterra em 1964<sup>85</sup>. A decisão chinesa em abraçar este projeto teve várias justificações de acordo com (Taylor, 2006, pp. 39-40). Destacam-se três. Em primeiro lugar, porque demonstra a continuidade do interesse chinês na África Austral, sabendo que a União Soviética começava a controlar o oceano Índico com a presença de meios navais e a juntar vários aliados naquele continente, entre os quais a Somália. Este projeto era uma forma de influência perante uma avalanche de apoio soviético aos movimentos subversivos. Em segundo lugar, era também uma forma de apoiar o desenvolvimento económico da Zâmbia que, por sua vez, garantia um maior apoio aos movimentos subversivos sem ter receio das consequências impostas pelos regimes brancos de onde provinham as ligações ao mar (caso de Angola e Moçambique). Por último, através do TANZAM, a China colhia créditos junto do continente africano por desenvolver uma infraestrutura que promovia o pan-africanismo. B. Semple (1992, p. 11) destaca ainda que este projeto veio mostrar a dimensão económica e tecnológica chinesa, bem como, permitiu chegar às matérias primas da Zâmbia com mais facilidade (cobre e outras)<sup>86</sup>.

K. Grundy (1971, p. 95), em “Guerrilla Struggle in Africa. An Analysis and Preview”, apresenta a Zâmbia como o país de onde provêm, em 1970, as rotas de infiltração da guerrilha para o leste de Angola, para o norte da Rodésia e para oeste de Moçambique (Figura 3).

<sup>83</sup> Houser, George (1967), “A report on a trip to Africa may 31 - june 10”, *Africa Action Archive*, p. 8.

<sup>84</sup> Após um acordo celebrado em 5 de setembro de 1967. O projeto ascendeu aos 406 milhões de dólares, tendo suplantado o empréstimo da União Soviética, de 325 milhões de dólares, ao Egito para a construção da Barragem de Assuão (Taylor, 2006, p. 38).

<sup>85</sup> Segundo Taylor (2006, p. 38), também o Japão, o Banco Mundial e o Banco Africano para o Desenvolvimento recusaram o apoio.

<sup>86</sup> Ver também Altorfer-Ong (2009).

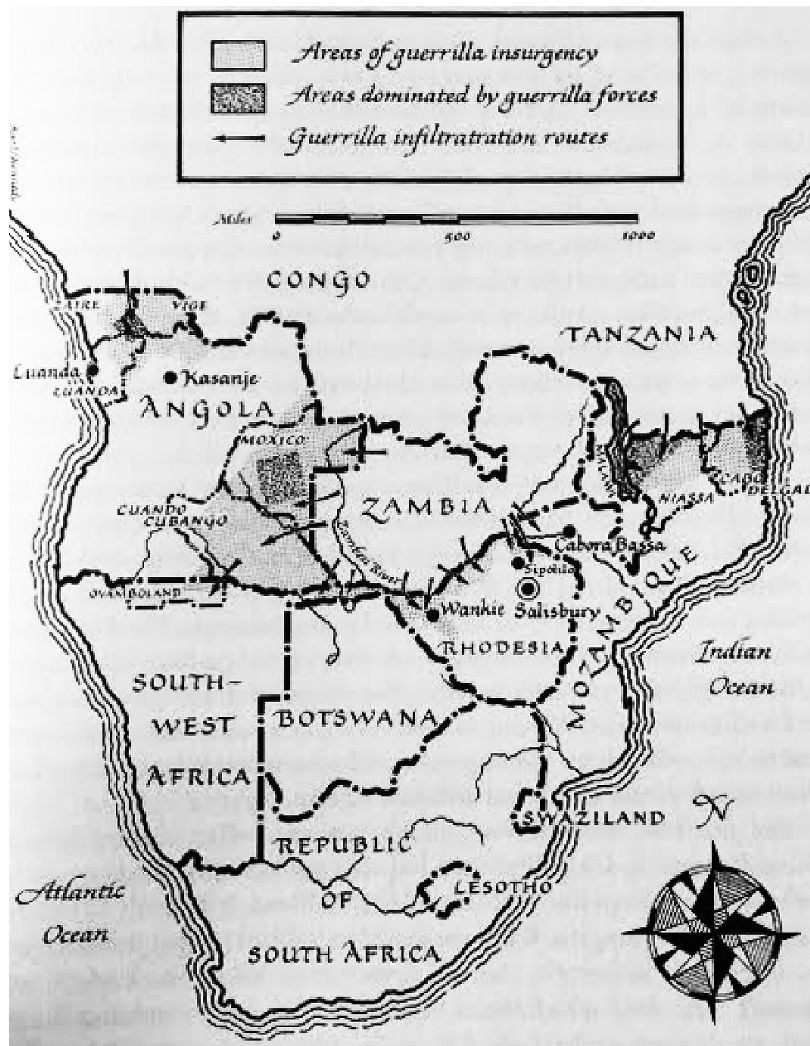


Figura 3 – Rotas de infiltração da guerrilha através da Zâmbia, em 1970

Fonte: (Grundy, 1971, p. 117).

As infiltrações em Moçambique, nas regiões do Niassa e de Cabo Delgado, povêm ainda da Tanzânia. Westad (2007, p. 217) dá conta que em 1970, em Angola, a URSS intensificou o apoio (logístico, militar e político) ao MPLA, através do embaixador soviético na Zâmbia, Belokolos, que garantiu liberdade de movimentos a Agostinho Neto naquele país, no Zaire e no Congo. Três anos mais tarde, em 10 de fevereiro de 1973, o The Point dava conta da presença de mais de 80 bases terroristas permanentes na Zâmbia (Figura 4).

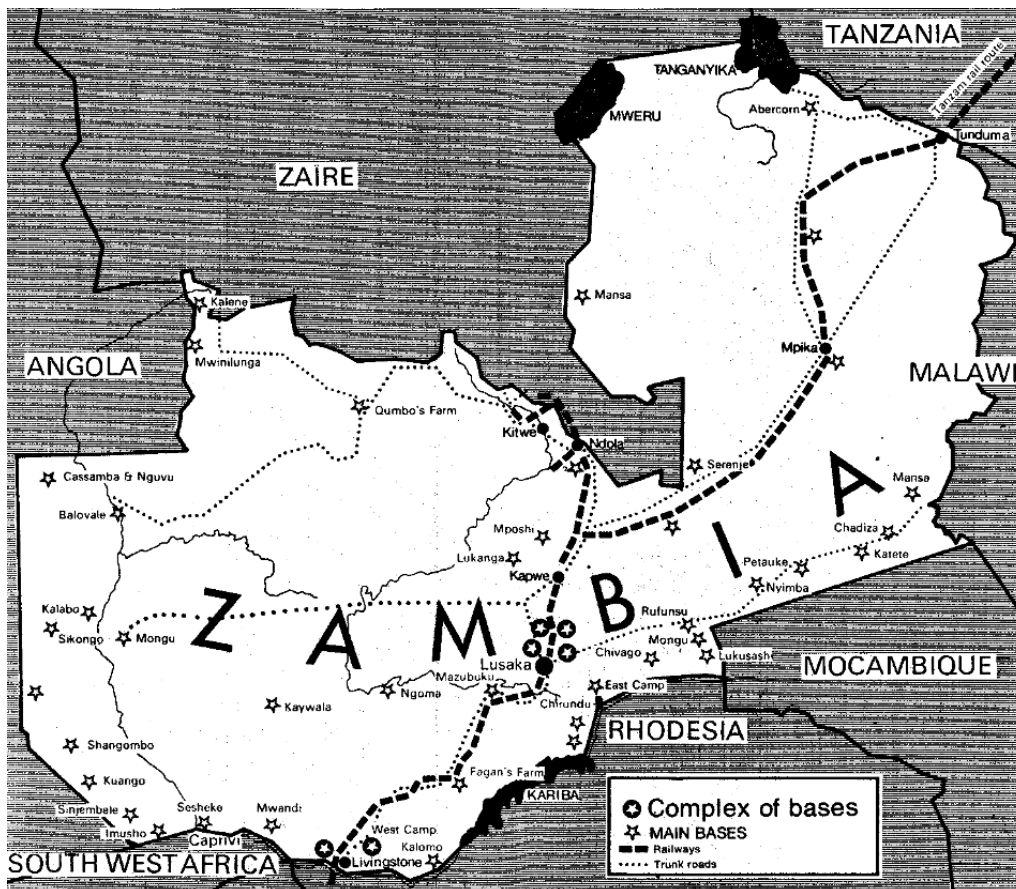


Figura 4 – Bases terroristas existentes na Zâmbia em 1973.

Fonte: The Point, 10 de fevereiro de 1973<sup>87</sup>.

A notícia destaca a presença de forças do MPLA (cerca de 2 mil efetivos) e da FRELIMO, entre outros movimentos, e refere o fornecimento de meios de origem chinesa e soviética<sup>88</sup>.

Na segunda metade da década de 1960, paralelamente aos Comitês de Solidariedade que existiam nos países do Leste europeu, em alguns países da Europa Ocidental começam a ser criados Comitês de Apoio à Luta de Libertação em Angola e noutros países africanos. Assim, na Grã-Bretanha existia um comitê muito ativo, o Comitê para a Libertação de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, encabeçado por Basil Davidson, um africanista britânico e pelo Lorde Anthony Gifford. Estes comitês “ocidentais” passaram

<sup>87</sup> Disponível em <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04317.002.003#14>.

<sup>88</sup> Notícia disponível em <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04317.002.003#12>.

a realizar conferências, por vezes durante as férias de Páscoa, dado que muitos dos seus membros eram estudantes. A partir de certa altura, os representantes dos comités dos “países do Leste” também passaram a ser convidados para estes eventos. O evento que teve maior impacto para o desenrolar do forte movimento de solidariedade para com a luta anti-colonial foi a Conferência Internacional de Apoio aos Povos das Colónias Portuguesas, que decorreu em Roma, entre 27 e 29 de junho de 1970, e que contou com a presença de Agostinho Neto. No seu discurso, o líder do MPLA disse que “Estamos certos de que Roma raiará uma etapa nova na conquista de apoio moral, político e material do qual o nosso povo tem necessidade”. A delegação União Soviética foi chefiada pelo então Diretor do Instituto África da Academia de Ciências da URSS e vice-presidente do Comité Soviético da Organização de Solidariedade Afro-Asiática, Vassili Solodovnikov. Piotr Evsiukov<sup>89</sup> qualificou a Conferência de Roma como um golpe demolidor ao colonialismo português por duas razões. Em primeiro lugar, porque a política de Portugal, país membro da *North Atlantic Treaty Organization* (NATO), foi severamente criticada. Em segundo, porque participaram na conferência Agostinho Neto (MPLA), A. Cabral (PAIGC) e M. dos Santos (FRELIMO), que foram recebidos em audiência, no Vaticano, pelo Papa Paulo VI. Este passo era um duro golpe no regime português pois significava o reconhecimento da legitimidade da luta dos movimentos pela independência (Pravda, 2005). Em reação Portugal chamou o Embaixador português na Santa Sé, Eduardo Brazão, para que este expressasse o profundo desagrado do Estado português perante tal diligência<sup>90</sup>.

Somente em janeiro de 1969, em Cartum, é que uma conferência, organizada pela AAPSO e pelo Conselho Mundial para a Paz, viria a juntar movimentos nacionalistas da África Austral, em particular das possessões ultramarinas portuguesas. Da conferência saiu o reconhecimento, por organizações internacionais de solidariedade, ao MPLA, à FRELIMO, ao PAIGC, ao ANC, à ZAPU e à SWAPO, como autoridades legítimas e oficiais representativas dos territórios pelos quais lutavam. Estes seis grupos nacionalistas seriam batizados de “os seis autênticos”, dando origem à Aliança de Cartum<sup>91</sup>, cujo apoio político e logístico provinha da União Soviética. Por seu lado, a China apoiava a FRELIMO<sup>92</sup> e outros grupos<sup>93</sup>, como o PAC, o ZANU, a UNITA e o COREMO. Este aspeto não impedia os “seis autênticos” de receberem apoio chinês ou de se ligarem a outros grupos (Dreyer, 1994, p. 59).

---

<sup>89</sup> Segundo o Pravda (29-06-2005), acerca de “A luta pela libertação dos PALOP - apoio da URSS/Rússia”, Evsiukov foi o de responsável do Departamento Internacional do Comité Central (CC) do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), no âmbito do qual lidou com as questões atinentes a ajuda de Moscovo aos movimentos de libertação das colónias portuguesas (<http://port.pravda.ru/news/russa/29-06-2005/8176-0/#sthash.0a7P5bHR.dpuf>). Entre 1967 e 1976 entraram em Angola armas num valor de 196 milhões de dólares (Kilford, 2010, p. 48).

<sup>90</sup> In: “Dispute with Vatican after Pope’s Reception of Rebel Leaders from Portuguese Africa. Rebels’ “Solidarity Conference” in Rome. - Continued Guerrilla Activities in African Provinces”. *Keesing’s Record of World Events* (Formerly *Keesing’s Contemporary Archives* 1931-1988), Volume XVII (1970), Issue No. 12 (December), Page 24147.

<sup>91</sup> Ver também Scott Thomas (1989) em geral e o apêndice 5.2 (pág. 533), em particular.

<sup>92</sup> In: Grundy (1971, p. 137).

<sup>93</sup> Estes grupos condenavam a Aliança de Cartum, como uma tentativa de controlar os movimentos de libertação das colónias portuguesas e da África Austral (Dreyer, 1994, p. 59).

Thomas (1989, pp. 64-65) destaca que a Aliança de Cartum, em particular o ANC e os três principais movimentos da CONCP (MPLA, FRELIMO e PAIGC), trazia um caráter sistémico aos movimentos de libertação da África Austral. Em resposta, e por oposição à aliança de Cartum, a China cria a Aliança do Congo, entre 1963 e 1964, com movimentos como o ZANU, o PAC, a UNITA, o COREMO, o SWAPO<sup>94</sup> e a FNLA<sup>95</sup>. No caso na UNITA, Dreyer (1994, pp. 61-62), destaca o facto de Savimbi<sup>96</sup> e alguns dos seus apoiantes terem estado na China a aprender guerra de guerrilha. Também a SWAPO ajudou a treinar operacionais da UNITA na região sul de Angola.

Em finais de 1972, o Agostinho Neto (MPLA) assinou um acordo secreto com Holden Roberto (FNLA) com vista à criação de uma frente unida. Contudo, esta notícia foi mal recebida por Moscovo e por vários membros do MPLA. Num relatório elaborado em dezembro de 1973, pelo General Vladimir Kulikov<sup>97</sup>, o MPLA era tido como um movimento enfraquecido, e as causas residiam na ausência de formação de órgãos dirigentes, à subvalorização do trabalho político-educativo e aos métodos autoritários que provocavam cisões no partido. Como exemplo destes últimos, Kulikov aponta a suspensão de fornecimentos aos acampamentos existentes na Zâmbia, pelo facto dos combatentes que ali se encontravam exigirem uma nova direção. O resultado foi uma suspensão das ações armadas em Angola. O enfraquecimento do MPLA é acompanhado por um reforço das posições da FNLA, que conta com o apoio de Mobutu. Ao nível internacional, Holden Roberto, além do apoio dos EUA, estabelece também ligações políticas com a China. Esta situação denuncia a inatividade do MPLA através das frentes Zâmbia e Congo, respetivamente (Milhazes, 2014, pp. 41-44).

Esta posição soviética face ao MPLA foi também relatada por Johnson (1977, p. 135), mas de uma forma diferente. Segundo o autor, a União Soviética interrompeu o fornecimento de armas ao MPLA em 1972-73, mas apenas a Agostinho Neto<sup>98</sup>, mantendo o apoio a Chipenda. Somente em março de 1974, é que o apoio da URSS viria a ser retomado como forma de equilibrar a ajuda chinesa (incluindo instrutores militares) que era fornecida a Holden Roberto no Zaire.

A aproximação soviética à FNLA é uma consequência direta da formação da Aliança do Congo, liderada pelos chineses, por oposição à Aliança de Cartum, suportada pela RAU e pela União Soviética. Para Kulikov, impunham-se as seguintes medidas: (1) incluir os embaixadores soviéticos na Zâmbia e no Congo na aproximação a Neto e Chipenda,

<sup>94</sup> In: Dreyer (1994, p. 62).

<sup>95</sup> In: Taylor (2011, p. 13).

<sup>96</sup> Savimbi era um agente recrutado pela *Central Intelligence Agency* (Winter, 1981, pp. 540-541).

<sup>97</sup> Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas da União Soviética (Milhazes, 2014, p. 42).

<sup>98</sup> Ironicamente, até 1972, o MPLA tinha sido a força nacionalista dominante em Angola. Holden Roberto não tinha estado ausente do país desde 1961 e a UNITA tinha desaparecido quase inteiramente sob o peso da campanha militar portuguesa em 1972. Quanto a Agostinho Neto, destaca-se que este havia passado uns anos nas prisões portuguesas e era conotado com a esquerda portuguesa. Contudo, era a segunda escolha da URSS (Johnson, 1977, p. 135).

no sentido de os alertar que a luta do MPLA dependia do apoio da União Soviética<sup>99</sup>; e (2) na eventualidade de se decidir convidar Mobutu para visitar a União Soviética, havia que discutir com ele os aspetos da luta conjunta do MPLA com a FNLA em Angola, levando à necessidade de estabelecer contactos com Holden Roberto (Milhazes, 2014, pp. 42-44).

Pode-se questionar o porquê da aliança do Congo ter sido criada em 1963-64 e, somente na década de 1970, se registar a preocupação soviética em “equilibrar” a sua influência na região. Três razões poderão ser apontadas para o efeito. A primeira poderá ser a descrença no MPLA a que se aludiu antes. A segunda, e talvez a principal, terá sido a entrada da China comunista (República Popular da China) para ONU, em 1971, em substituição da República da China. Esta mudança refletia-se numa luta mais vincada e mais ideológica (conotada com Mao-Tsé-Tung) contra o imperialismo americano e que teria reflexos globais. No caso de África, a China iria apoiar a autodeterminação dos povos contra o colonialismo, nomeadamente em Angola, Moçambique e na Guiné-Bissau<sup>100</sup>. E terceira também defendida por Lise Namikas (2013), em “Battleground Africa: Cold War in the Congo, 1960–1965”, poderá estar associada às diferenças ideológicas entre a União Soviética e a China, de que resultou uma competição entre ambas para ganhar a influência no Congo e, de uma forma geral, em África. Esta competição ocorreu a vários níveis, sendo que, o militar e o económico estiveram sempre presentes. Na Figura 5 pode-se observar o grau de conotação da União Soviética com as lutas de libertação em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. São também evidentes os elevados valores associados a países como a Argélia, o Egito (RAU), a Líbia, a Tanzânia, o Zaire e o Congo, entre outros.

---

<sup>99</sup> Em 1973, o apoio para o MPLA foi fornecido para a República Popular do Congo e a Tanzânia. Era também na Crimeia (aldeia Perevalnoe) que estava instalado um dos campos de treino do MPLA e de outros movimentos de libertação. Recebiam formação para tropas terrestres, em concreto: infantaria, reconhecimento e artilharia. As viagens dos guerrilheiros eram efetuadas através dos países vizinhos, geralmente da Tanzânia. Por vezes estes guerrilheiros eram sujeitos às ações de recrutamento da PIDE/DGS, como aconteceu com dois guineenses, que foram treinados na União Soviética, mas que viriam a estar envolvidos na morte de Amílcar Cabral (Milhazes, 2014, pp. 45-52).

<sup>100</sup> Documento nº 17 (Assunto: A China comunista nas Nações Unidas) de 20 de janeiro de 1972, dos Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Moçambique. AHD - S11.1.E10.P3/69604.

African State	China	Soviet Union	
Algeria	—	1500	★
Angola	—	300	
Benin	—	20	
Burundi	1	10	
Cameroon	10	—	
Central African Empire	—	1	
Chad	—	10	
Congo	10	50	★
Egypt	60	2615	★
Equatorial Guinea	—	10	
Gambia	5	—	
Guinea	5	60	
Guinea-Bissau	—	30	
Libya	—	5000	★
Malagasy Republic	—	1	
Malawi	1	—	←
Mali	5	110	
Morocco	—	20	
Mozambique	5	170	
Nigeria	—	150	
Rwanda	1	—	
Somalia	5	210	
Sudan	5	75	
Tanzania	105	300	★
Tunisia	10	—	
Uganda	10	65	
Zaire	31	110	★
Zambia	32	60	★
<b>TOTALS</b>	<b>301</b>	<b>11,076</b>	

Figura 5 – Fornecimento de armas a países africanos por parte da China e da União Soviética (1967-79)

(valores em milhões de dólares)

Fonte: (Semple, 1992, p. 38)<sup>101</sup>.

Com a morte de Kennedy em 1963, seguiu-se Johnson e, com este, a política externa americana, entrou numa fase de indefinição no tocante ao continente africano. Foi já com Nixon e Kissinger que, a partir de 1969, ocorreu uma mudança de atitude face à África Asutral e que resultou na elaboração do *National Security Study Memorandum* (NSSM) 39, cujo objetivo era segurar a região para o lado do Ocidente (Guelke, 1980, pp. 651-652).

O NSSM 39 previa seis opções. A Opção 1 estava orientada para a promoção de boas relações com os regimes brancos, de forma a proteger e a melhorar os interesses americanos. A Opção 2 visava um esforço de entendimento, de moderação e de promoção de boas relações entre os regimes brancos e negros, de forma a reduzir as tensões e a probabilidade de aumento da violência. A Opção 3 ia ao encontro de um aumento do apoio aos regimes negros, enquanto pré-condição para a prossecução dos interesses americanos junto dos

<sup>101</sup> Ver também em: <https://core.ac.uk/download/pdf/36716747.pdf> e <https://www.state.gov/documents/organization/185674.pdf>. Kilford (2010, p. 48) apresenta valores totais aproximados, relativos a Angola, embora não totalmente associados à URSS.

regimes brancos. A Opção 4 estabelecia uma associação limitada com os regimes brancos e uma ligação mais estreita com os regimes negros, num esforço para manter alguns interesses americanos nos primeiros, mas mantendo uma postura sobre as questões raciais que os negros aceitariam. A Opção 5 previa uma dissociação dos regimes brancos e a promoção de relações mais estreitas com os regimes negros, num esforço de maior aceitação em África e na Comunidade Internacional devido às questões raciais. A Opção 6 estabelecia um aumento das formas de coação, mas com reduzida utilização da força armada, ao nível bilateral e internacional, de modo a induzir uma mudança construtiva nos regimes brancos (Sobers, 2014, p. 106). A Opção 2 (o melhor de dois mundos) era considerada a mais importante (Guelke, 1980, p. 652).

Para Kissinger, um fracasso na contenção da expansão de Moscovo na África Austral poderia incentivar a expansão soviética para outras regiões e fazer com que os aliados dos EUA questionassem, quer a vontade americana, quer a capacidade, para os defender/apoiar. Em consequência, um aumento das dúvidas face à determinação americana poderia resultar numa mudança radical na política externa de muitos países e a numa maior ameaça para os EUA. Esta base de confiança foi colocada em causa quando o MPLA, apoiado pela URSS, subiu ao poder em Angola, em 1975 (Clough, 1992, p. 10).

Não obstante o NSSM 39 ter estado completo em agosto de 1969<sup>102</sup>, o que é facto é que, em dezembro do mesmo ano, muitas dúvidas permaneciam relativamente à postura mais adequada dos EUA para a África Austral. Numa reunião do conselho nacional de segurança americano<sup>103</sup> era dado conta dos constrangimentos associados, não apenas à ONU (uma instituição em que um terço dos seus membros – 40 - era africano), mas também ao congresso. Foi ainda destacado que, até à data, não havia uma real penetração soviética na África Austral, algo que os relatos já apresentados contrariam. Ademais, destacou-se também a importância do crómio, existente na Rodésia e na URSS<sup>104</sup>. J. Hoff (2008, p. 105) refere que a escassez desta matéria-prima estaria na origem do *Byrd Amendment* (1970), destinado a contornar as sanções impostas à Rodésia pela Comunidade Internacional. Esta medida permitiu que a Rodésia continuasse a vender crómio aos EUA. Porém, os EUA saíram enfraquecidos ao nível internacional. A política externa americana foi classificada inclusivamente como uma “*tar baby*” policy<sup>105</sup> até 1975.

## Conclusões

Neste artigo propusemo-nos demonstrar que a persistência de Portugal em manter as suas possessões ultramarinas de Angola e Moçambique, levou à adoção uma abordagem indireta das grandes potências e, conseqüentemente, a uma intensificação da Guerra Fria

---

102 Ver Guelke (1980, p. 651).

103 NSC Meeting on Southern Africa December 17th of 1969. Disponível em <https://www.nixonlibrary.gov/virtuallibrary/releases/dec10/36.pdf>

104 Da URSS provinha 70% desta matéria-prima.

105 Um termo associado a algo que mais se complica/agrava à medida mais se intervém.

na África Austral. Concluímos, em primeiro lugar, que a Guerra Fria foi uma evidência na África Austral a partir da década de 1960 e, em segundo lugar, que esta presença se materializou através de abordagem indireta e ao nível dos instrumentos: económico, militar, político e diplomático.

Para o efeito, este artigo estruturou-se em duas partes/secções uma concetual e outra analítica. Na parte concetual começou por se concetualizar a Guerra Fria, caracterizando-a como um período de guerra improvável, mas também de paz impossível. Esta paz impossível diz-nos que, embora a bipolaridade fosse à prova de guerra, enquanto confronto direto entre as duas potências, não evitava guerras de menor escala, influenciadas indiretamente, tal como sucedeu em África, concretamente na região Austral. Esta influência indireta foi também teve um papel fundamental e permanente na Guerra Fria por via da paralisia criada pelas armas nucleares à estratégia direta. Observou-se que as “armas” da Guerra Fria eram a diplomacia, a ideologia, a propaganda, a competição científica e económica, a espionagem e a subversão.

Foram estas “armas” da Guerra Fria que alicerçaram o modelo, apresentado na figura 2, que permitiu avançar para a segunda parte deste artigo, a parte analítica, no sentido de responder à questão formulada: *que evidências materializam a presença de uma estratégia de aproximação indireta pelas grandes potências em resposta à persistência portuguesa na manutenção das suas possessões ultramarinas?*

A abordagem indireta materializou-se num conflito de baixa intensidade com recurso a *proxies*, externos (Cuba, e países africanos: Argélia, RAU, Zâmbia e Zimbábue...) e internos (os vários movimentos subversivos existentes em Angola e Moçambique). Ao nível interno, foi possível constatar três tipos de presença das grandes potências na África Austral. Em primeiro lugar, a dos EUA, que podemos intitular de: (1) cautelosa, face a interesses maiores junto dos regimes brancos (Portugal, RAS e Rodésia) e, simultaneamente, à necessidade de manter uma imagem de não-hostilização dos regimes negros; (2) errática, decorrente de diferentes posturas das administrações americanas face a África; e (3) importante, que evidenciava a tipologia de interesses em jogo. A abordagem americana refletiu-se essencialmente nos domínios económico e político em apoio, nomeadamente, do GRAE/FNLA e da UNITA. Em segundo lugar, a da União Soviética, que podemos intitular de: (1) uniforme, por ter sido constante e proactiva na forma de abordagem; (2) centralizada, porque obedecia a uma voz de comando única proveniente de Moscovo; e (3) centrada no espaço/geografia, mais que no grupo objeto de apoio, o que ficou evidente nas oscilações entre a FNLA e o MPLA. A abordagem soviética refletiu-se nos domínios militar, económico e político em apoio, nomeadamente, do GRAE/FNLA (inicialmente), do MPLA e da FRELIMO. Por último, a da China, que podemos designar de: (1) discreta, atendendo à forma como se moveu em África; (2) ideológica, mais refletida na década de 1970 com a mudança para China Comunista; e (3) eficaz, evidenciada na procura de equilíbrios com espaços já ocupados (i.e: Aliança de Cartum *versus* Aliança do Congo). A abordagem chinesa refletiu-se, preferencialmente, nos domínios económico e militar, em apoio, nomeadamente, da UNITA, COREMO e FNLA.

Pode-se arriscar dizendo que a abordagem indireta funcionou como uma manobra de lassidão. Este artigo não explorou, contudo, a forma como o bloco de Leste penetrou em parte do tecido social, político e militar português no espaço europeu, contribuindo igualmente para essa lassidão.

Finalmente, se fossemos chamados a indicar duas palavras para caracterizar esta abordagem indireta das grandes potências na África Austral, entendemos que as mais adequadas seriam: interesse e solidariedade, pois, de facto, o que se observou foi uma defesa constante dos interesses através de uma promoção da solidariedade!

### Referências Bibliográficas

- Ainslie, R., 1962. *The unholy Alliance: Salazar, Verwoerd, Welensky*, South Africa: s.n.
- Altorfer-Ong, A., 2009. *Tanzanian 'Freedom' and Chinese 'Friendship' in 1965: laying the tracks for the TanZam rail link*, London: London School of Economics.
- Amakiri, A. A., 1984. *National Liberation Movements and the Non-Aligned: A study in anti-Colonialism with particular reference to Zimbabwe*, United Kingdom: University of Leicester.
- Arendt, A., 1970. *On Violence*. New York: Harcourt, Inc..
- Aron, R., 1947. Stupide résignation. *Le Figaro*, 21-22 setembro.
- Aron, R., 1948. *Le grand schisme*. Paris: Galimard.
- Bar-Siman-Tov, Y., 1984. The Strategy of War by Proxy. *Cooperation and Conflict XIX*, 1 January, p. 263–273.
- Beaufre, A., 1964. *Dissuasion Et Stratégie*. 2nd ed. USA: A. Colin.
- Beaufre, A., 1966. *Stratégie de l'action*. France: A. Colin.
- Benemelis, J. F., 1986. *Castro. Subversão e Terrorismo em África*. Lisboa: Europress.
- Byrne, J. J., 2016. *Mecca of Revolution. Algeria, Decolonization, and the Third World Order*. London: Oxford University Press.
- Clough, M., 1992. *Free at Last? U.S. Policy Toward Africa and the End of the Cold War*. NEW YORK: Council on Foreign Relations Press.
- Coutau-Bégarie, H., 2010. *Tratado de Estratégia*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval.
- Couto, A. C., 1988. *Elementos de Estratégia. Apontamentos para um Curso - Vol I*. Lisboa: IAEM.
- Couto, A. C., 2014. *Estudos de homenagem a Abel Cabral Couto*. Lisboa, s.n.
- Dobson, J., 2009. *Belligerents, Brinkmanship, and the Big Stick. A Historical Encyclopedia of American Diplomatic Concepts*. California: ABC-CLIO, LLC.
- Dreyer, R., 1994. *Namibia & Southern Africa. Regional Dynamics of Decolonization (1945-1990)*. London: Routledge.

- Ekpenyong, E. U., 1989. *The Economic Commission for Africa (ECA) and Development in Africa*, London: London Scholl of Economics.
- Encyclopædia Britannica, 2017. *Mikhail Vasilyevich Frunze*. [Online] Available at: <https://www.britannica.com/biography/Mikhail-Vasilyevich-Frunze>[Accessed 30 abril 2017].
- Fergusson, N., 2006. *A guerra do mundo*. Lisboa: Civilização Editora.
- Freedman, L., 2013. *Strategy : a history*. New York: Oxford University Press.
- Fuller, J. F. C., 1926. *The Foundations of the Science of War*. 1st ed. London: Hutchinson & Co. (Publishers), LTD.; Paternoster Row, E.C..
- Gaddis, J. L., 1972. *The United States and the Origins of the Cold War, 1941-1947*. New York: Columbia University Press..
- Grundy, K. W., 1971. *Guerrilla Struggle in Africa. An Analysis and Preview*. New York: Grossman Publishers .
- Guelke, A., 1980. Southern Africa and the Super-Powers. *International Affairs (Royal Institute of International Affairs 1944-)*, Vol. 56, No. 4 , Autumn, pp. 648-664.
- Guimarães, F. J. d. C. C. A., 1992. *The Origins of the Angolan Civil War. International Politics and Domestic Political Conflict 1961-1976*, United Kingdom: London Scholl of Economics.
- Hart, L., 1941. *Strategy of Indirect Approach*. 1st ed. UK: Faber and Faber.
- Hauser, B., 2010. *The Evolution of Strategy. Thinking War from Antiquity to the Present*. 1st ed. UK: Cambridge University Press.
- Hoff, J., 2008. *Faustian Foreign Policy from Woodrow Wilson to George W. Bush: Dreams of Perfectibility*. United Kingdom: Cambridge University Press .
- Humbaraci, A. & Muchnik, N., 1974. *Portugal's African Wars*. United Kingdom: The Third Press .
- Ismael, T. Y., 1968. The United Arab Republic in Africa. *Canadian Journal of African Studies* , Autumn, pp. 175-194 .
- Jena, S. P., 2014. *Political Science - University of Delhi*. [Online] Available at: <http://elearning.sol.du.ac.in/mod/book/view.php?id=1461&chapterid=2241> [Accessed 4 January 2015].
- Johnson, R., 1977. *How Long Will South Africa Survive?*. 1st ed. London: MacMillan Press Ltd .
- Kegley, C. W. & Blanton, S. L., 2011. *World Politics: Trend and Transformation*. 2010-2011 Edition ed. USA: Cengage Brain.com.
- Kennan, G. F., 1947. Mr. X. The Sources of Soviet Conduct. *Foreign Affairs - Vol. 26, N. 2, July*, p. 566582.
- Kilford, C. R., 2010. *The other Cold War : Canada's military assistance to the developing world, 1945-1975*. 1st ed. Canada: Canadian Defence Academy Press.
- Kimche, D., 1969. A África negra e o movimento de solidariedade dos povos afro-asiáticos. *Afro-Ásia. - N°s 8 e 9* , pp. 93-117.

- Kondlo, K., 2009. *In the Twilight of the Revolution: The Pan Africanist Congress of Azania (South Africa). 1959-1994*. 1st ed. South Africa: Basler Afrika Bibliographien.
- Laron, G., 2007. Cutting the Gordian Knot: The Post-WWII Egyptian Quest for Arms and the 1955 Czechoslovak Arms Deal. In: C. F. Ostermann, ed. *The Cold War International History Project*. Washington: Woodrow Wilson International Center, p. Working Paper # 55.
- Lippmann, W., 1947. *The Cold War; a Study in U.S. Foreign Policy since 1945*. New York: Harper.
- Lutes, C. & Bunn, E., 2008. Chapter 5 - Dissuasion and the war on terror: What is meant by dissuasion, and how it might apply to the war on terror?. In: E. Brimmer, ed. *Five Dimensions of Homeland and International Security*. Esther Brimmer ed. Washington: Center for Transatlantic Relations, The Johns Hopkins University, pp. 73-84.
- Lutwak, 2002. *Strategy: The Logic of War and Peace*. Revised and Enlarged Edition ed. Cambridge: Belknap Press of Harvard University Press.
- Mateus, D. C., 2006. *Memórias do colonialismo e da guerra*. Porto: Edições ASA.
- Meneses, F. R. d. & McNamara, R., 2014. Parallel Diplomacy, Parallel War: The PIDE/DGS's Dealings with Rhodesia and South Africa, 1961-74. *Journal of Contemporary History*, Vol. 49, p. 366-389.
- Milhazes, J., 2014. *Angola. O princípio do fim da União Soviética*. 2ª ed. Lisboa: Vega.
- Minter, W., 1973. *Portuguese Africa and the West*. 1st ed. New York and London: Monthly Review Press.
- Moynihan, J. J., 1966. *An inquiry into the development of cold war as a system of conflict*. Michigan: American University.
- Noer, T. J., 1985. *Black Liberation. The United States and White Rule in Africa, 1948-1968*. 1st ed. USA: University of Missouri Press.
- Ojserkis, R., 1998. *The United States & the Beginning of the Cold War Arms Race. The Truman Administration's Arms Build-Up of 1950-1951*. London: London School of Economics.
- Oliveira, H. d. A., 1966. *Guerra Revolucionária*. 4ª ed. Lisboa: Gráfica de Leiria.
- Orwell, G., 1945. *Fifty Essays by George Orwell: You and the Atomic Bomb*. [Online] Available at: <http://gutenberg.net.au/ebooks03/0300011h.html#part33> [Accessed 21 april 2015].
- Pravda, 2005. *A luta pela libertação dos PALOP - apoio da URSS/Rússia - See more at: <http://port.pravda.ru/news/russa/29-06-2005/8176-0/#sthash.0a7P5bHR.2s1m8lwU.dpuf>*. [Online] Available at: <http://port.pravda.ru/news/russa/29-06-2005/8176-0/#sthash.0a7P5bHR.2s1m8lwU.dpuf> [Accessed 19 junho 2016].
- Ray, E., Schaap, W., Meter, K. V. & Wolf, L., 1982. *Dirty Work 2: The CIA in Africa*. 1st ed. United Kingdom: Zed Press.
- Rodrigues, L. N., 2010. *O debate sobre as origens da Guerra Fria*. [Online] Available at: [http://www.academia.edu/238895/O\\_debate\\_sobre\\_as\\_origens\\_da\\_Guerra\\_Fria](http://www.academia.edu/238895/O_debate_sobre_as_origens_da_Guerra_Fria) [Accessed 15 maio 2015].

- Rosemberg, D., 1976. Portugal - Aspetos da descolonização. In: C. d. E. d. Dependência, ed. *África Austral em Perspectiva 1 - Descolonização e neocolonialismo*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, pp. 39-56.
- Rostow, W. W., 1960. *The United States in the World Arena*. 1st ed. USA: Harper & Brothers.
- Santos, J. L. d., 1982. *Inclusões no Domínio da Estratégia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian .
- Sanz, R. M. P., 2015. Las Dictaduras Ibéricas y el aliado americano en clave de Modernización, 1945-1975. In: L. D. Gómez-Escalonilla, ed. *Modernización made in USA y su impacto en el ámbito Iberoamericano*. Espanha: Universidad Nacional de Educación a Distancia, pp. 147-19.
- Schlesinger, A., 1967. The russian revolution fifty years after - The origins of the Cold War. *Foreign Affairs*, Vol. 46, No. 1 , October, pp. 22-52.
- Schmidt, E., 2013. *Foreign Intervention in Africa. From the Cold War to the War on Terror*. 1st ed. USA: Cambridge University Press.
- Semple, B. M., 1992. *The China-Africa Connection: Implications for United States Foreign Policy*. California: Naval Postgraduate School.
- Shubin, V., 2008. *The Hot "Cold War": The USSR in Southern Africa*. United Kingdom: Pluto Press.
- Skaggs, T. M. S., 2015. *The Czech-Egyptian arms deal of 1955 : a turning point in Middle Eastern Cold War history.*, USA: University of Louisville.
- Sobers, C. C. T., 2014. *"Africa's Czechoslovakia": Internationalism and (Trans)national Liberation in Angola, 1961-1976*. Toronto: University of Toronto.
- Soiri, I. & Peltola, P., 1999. *Finland and National Libetration in Southern Africa*. Stockholm: Elanders Gotab .
- Stephanson, A., 2007. *Fourteen notes on the very concept of the Cold War*. [Online] Available at: <http://h-diplo.org/essays/PDF/stephanson-14notes.pdf> [Accessed 09 March 2015].
- Stockwell, J., 1978. *In Search of Enemies. A CIA Story*. 1st ed. USA: W.W. Norton & Company, Inc.
- Tawfik, R., 2016. Egypt and the Transformations of the Pan-African Movement: The Challenge of Adaptation. *African Studies*, 13 June, pp. 297-315.
- Taylor, I., 2006. *China and Africa: Engagement and Compromise*. USA: Routledge.
- Telepneva, N., 2014. *Our Sacred Duty: Soviet Union, the Liberation Movements in the Portuguese Colonies and the Cold War, 1961-1975*, London: London Scholl of Economics.
- Thomas Schelling, 1980. *The Strategy of Conflict*. 2nd ed. USA: Harvard University .
- Thomas, S., 1989. *The Diplomacy of Liberation: The International Relations of African National Congress of South Africa, 1960-1985*. London: London School of Economics.
- Tshiyembe, M., 2002. A difícil gestação da nova União. *Le Monde Diplomatique Brasil*, nº 30, Issue África.

- U.S. DoD, 2013. *Joint Publication 1-02: Dictionary of Military and Associated Terms*, Washington: <http://www.dtic.mil/doctrine/jel/doddict/data/d/>.
- University Christian Movement, 1967. Southern Africa Committee. *Southern Africa: A Monthly Survey of News and Opinion*, 25 December, pp. 9-11.
- USGov, 1947. *National Security Act*, USA: Senate and House of Representatives of the USA in Congress.
- Waltz, K. N., 2011. *Teoria das Relações Internacionais*. 2ª ed. Lisboa: Gradiva.
- Watts, C. P., 2006. *The Rhodesian Crisis In British and International Politics, 1964-1965*, United Kingdom: University of Birmingham.
- Westad, O. A., 2007. *The Global Cold War: Third World Interventions and the Making of Our Times*. United Kingdom: Cambridge University Press.
- Williams, W. A., 1959. *The Tragedy of American Diplomacy*. New York: World Publishing Company.
- Winter, G., 1981. *Inside BOSS. South Africa's Secret Police*. United Kingdom: Penguin Books.
- Zang, L., 1998. The contribution of african diplomacy to non-Aligned Movement and the Group of 77. *African Journal of International Affairs*, pp. 1-16.
- Zinoviev, A., 1991. La Guerra Tibia. *Política Exterior - Vol. 5, No. 20*, Spring, pp. 117-128.